



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Júlia Freire de Alencastro

**Assistência Social e Política Punitiva: mulheres  
presas no DF e o acesso ao Programa Bolsa Família**

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Júlia Freire de Alencastro

**Assistência Social e Política Punitiva: mulheres presas no  
DF e o acesso ao Programa Bolsa Família**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de assistente social pelo departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Debora Diniz

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Debora Diniz (Orientadora – SER/UnB)

---

Profª. Dra. Rosa Helena Stein (SER/UnB)

---

Gabriela Rondon (FD/UnB)

Brasília

2014

À dona I. que generosamente me ensinou:  
“é melhor pingar do que secar”.

## AGRADECIMENTOS

agradeço às mulheres que me confiaram histórias de suas vidas. Às que participaram do censo. Às que participaram do grupo na ala A. Às suas filhas, mães, amigas, tias, namoradas e avós que conversaram comigo nos dias de visita.

à minha querida orientadora que tanto me ensinou sobre leitura, escrita, organização e respeito ao tempo, que me inspirou a continuar acreditando que é possível transformar, repensar, e não ter certeza sobre tudo.

à minha mãe, que sempre sonhou em ingressar na UnB, que fez de tudo para que eu pudesse estudar e continuar me esforçando, que continuou acreditando que eu era capaz. Mãe, essa é, com certeza, a realização de um sonho em par.

ao meu pai, que me fortaleceu, mesmo que silenciosamente, tantas vezes que eu nem posso contar. Ao meu sobrinho, Caio, com quem me diverti e aprendi tantas coisas. Obrigada pelo apoio e pela compreensão das minhas tantas distâncias e ausências.

à Sheylinha, prima-irmã, que me fez rir tanto que tornou tudo mais leve. Que me acompanhou tantas vezes acordada de madrugada durante esses anos de graduação. Desculpa por sempre dormir antes.

à minha amada Rosinha, que antes de ser leitora, sempre a primeira ouvidora. Que me acolheu e cuidou durante os processos de idas à campo, leituras e escritas. Que tornou as manhãs tão mais sorridentes e as noites tão mais descansadas. Obrigada, pelo amor.

à Jana, supervisora, amiga e companheira de pesquisa que me fez companhia e me ensinou tanto nas idas e vindas do presídio. O caminho foi duro, às vezes estivemos muito cansadas, mas nos inspiramos e nos demos força mutuamente.

à Tati, com quem aprendi muito de tato no campo, excelente companhia nos caminhos de ida e volta do presídio. Ao Éverton pelas discussões inspiradoras para a elaboração deste trabalho, e por ter permitido, gentilmente, que eu também participasse da pesquisa.

à Ray, amiga e companheira de pesquisa e de vida. Que me ensinou e me ensina cotidianamente a passar pela vida de uma forma mais leve, a mudar de ideia, opinião e foco sem muitos impedimentos, que me cuida e me dá força todos os dias.

à Ju Paiva que deixou um rastro de força, responsabilidade e determinação que levo para a vida. Capricorniana querida, te ver com admiração ao longe me faz acreditar que posso também chegar lá.

a todas as meninas que participaram das pesquisas: Helena, Sinara, Alê, Polli, e à equipe da Anis: Fabi, Mayara, Sinara, Myriam, Lina, Sandra e João.

à minha querida avó que confiou em mim, tão seguramente, que até dificultou que eu duvidasse da minha própria capacidade de seguir: “já deu tudo certo, minha filha”. Às minhas tias e tios que se juntaram e me deram o primeiro computador. Obrigada por isso, ele foi instrumento fundamental durante todo o processo de graduação.

às queridas amigas, irmãs por opção e companheiras de casa, Jana e Tatalis com quem repeti tantas vezes: “qual é o sentido da vida? Pra frente!”. Aos companheiros mais carinhosos e atenciosos do mundo, por terem tornado o processo de escrita tão menos solitário. Obrigada, Sorte, Mimosa, Fita, Cida, Binho, Rei e a caçula Magali.

ao Caê que me motivou e inspirou nas nossas conversas de horas e horas. Obrigada por acreditar e apoiar sempre, por ter me ajudado a organizar as tabelas e as referências nos meus primeiros trabalhos acadêmicos. Obrigada por saber um monte de coisa e por compartilhar comigo o seu vasto conhecimento do tudo.

à Gabriela Rondon e Rosa Stein que foram tão solícitas e aceitaram participar da banca.

ao CNPq que viabilizou as pesquisas e, por vezes, minha permanência na universidade.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os caminhos que as mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e suas famílias percorrem no acesso à política de assistência social, com foco no Programa Bolsa Família. Considero, para a elaboração desta monografia, que a política punitiva se alimenta do regime político do gênero resultando na precarização da vida das mulheres presas. A intenção deste estudo é analisar o percurso pelo qual as mulheres em regime de reclusão na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e suas famílias passam no acesso às políticas de assistência social, com foco no Programa Bolsa Família. Assim, percorro o argumento de que as políticas socioassistenciais, por ignorarem a população citada, se alimentam da lógica punitiva resultando no abandono das mulheres criminosas pela política de assistência social. Em dezembro de 2012, eram de 641 mulheres compondo a população prisional feminina do Distrito Federal. Fizemos um censo da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, nele analisamos 460 dossiês de mulheres presas no DF e trabalhamos com os dados de 277 entrevistas de mulheres sentenciadas. Depois, nos dias de visita, para estudar o acesso ao Programa Bolsa Família, aplicamos 30 questionários semiestruturados com as visitantes e entrevistamos 15 famílias em locais marcados fora da penitenciária. A tese central a ser perseguida por este trabalho é de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social.

**Palavras-chave:** Penitenciária Feminina do Distrito Federal, encarceramento das mulheres, política punitiva, política de assistência social, Programa Bolsa Família.

## LISTA DE SIGLAS

Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

CEP/IH – Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InfoPen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>Prólogo .....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Percursos metodológicos .....</b>	<b>13</b>
Preocupações e cuidados éticos .....	15
<b>Capítulo 1. O encarceramento das mulheres e as criminologias .....</b>	<b>18</b>
1.1 Criminologias críticas e o encarceramento .....	18
1.2 Criminologias feministas e o encarceramento das mulheres .....	23
1.3 O paradoxo do encarceramento das mulheres e o continuum lesbiano.....	26
<b>Capítulo 2. Política social e assistência: dilemas e potencialidades .....</b>	<b>32</b>
2.1 Proteção social e Política Social .....	32
2.2 Assistência Social: alguns fundamentos e desafios.....	36
2.3 O programa bolsa família: territorialização e matricialidade sociofamiliar.....	39
<b>Capítulo 3. Quem são elas e o que significa assistência na prisão .....</b>	<b>45</b>
3.1 Perfil sociodemográfico .....	45
3.2 Tecendo narrativas da assistência na prisão .....	51
<b>Considerações finais .....</b>	<b>57</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>60</b>
Anexo 1 - Questionário de Pesquisa - Censo Presídio Feminino de Brasília .....	64
Anexo 2 – Questionário de pesquisa - Acesso ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal.....	67



## Prólogo

Há alguns anos assisti ao documentário “Janela da Alma” de João Jardim e Walter Carvalho (2001), tempos depois, li a obra “Educação nos Terreiros”, de Stella Guedes Caputo (2012). Neste livro há um trecho “falando da travessia”, em que a autora se lembra do documentário. Nele, o cineasta Wim Wenders relata que aos 30 anos tentou usar lentes de contato, mas sentiu falta do enquadramento que os óculos proporcionam, sem eles, sente que vê demais, diz que quer ver de forma mais contida

O presídio é um universo imenso, são muitas as questões levantadas cotidianamente. Cada uma delas resultaria em um trabalho de pesquisa importante, mas foi preciso enquadrar o olhar, era essencial “ver de forma mais contida”. Então me vi com o desafio acadêmico de definir meu tema de pesquisa. Bem, a escolha do que estudar me surgiu como uma demanda das internas. Era dizer da pesquisa e me apresentar como estudante de Serviço Social para a pergunta vir à tona: “por que cortaram o meu bolsa família?”.

Cada uma delas contava sua história, algumas desistiram de mim quando perceberam que eu não tinha a resposta. Começar a entender isso era um misto de inquietações, tanto pela recorrência das perguntas quanto pela minha não possibilidade de resposta. Mais do que uma demanda para uma aprendiz de assistente social, elas me traziam uma pergunta relevante cuja resposta poderia ser estudada. Foi assim então, que definimos, eu e elas, o meu tema de pesquisa.

Este trabalho é um dos frutos da pesquisa *Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal*, coordenado pelo professor doutor Everton Pereira, e financiado pelo CNPq que me permitiu avançar, coletivamente, nas reflexões acerca das políticas sociais na penitenciária. A pesquisa foi viabilizada a partir da parceria Anis e UnB.

Aprofundando meus pensamentos sobre os vãos e brechas da política de assistência social no presídio. Parti da reflexão inicial de que a prisão é feita de grades e as grades são feitas de frestas. Assim, construí a pretensão de apresentar, para este estudo, os vãos das políticas socioassistenciais no presídio, a partir das sólidas grades que o cercam e compõem.

## Introdução

A prisão é constituída por grades e vãos entre seus metais. A partir das pesquisas realizadas no presídio<sup>1</sup>, percebi que a política de assistência social, é também composta por vazios importantes. As políticas punitiva e assistencial não pareciam se intercruzar. Assim, construí a pretensão de apresentar, para este estudo, os vãos das políticas socioassistenciais no presídio, a partir das sólidas grades que o cercam e compõem.

A política de assistência social, ao ignorar a população carcerária, somada a lógica punitiva, resulta no abandono das mulheres criminosas pela política de assistência social.<sup>2</sup> A intenção deste estudo é analisar o percurso pelo qual as mulheres em regime de reclusão na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e suas famílias passam no acesso às políticas de assistência social, com foco no Programa Bolsa Família.

A importância do presente trabalho, para a produção acadêmica, se relaciona com o processo de ampliação e universalização das políticas sociais, além de atentar para a visibilização das mulheres presas e suas famílias no que diz respeito ao acesso às políticas socioassistenciais.

A desigualdade do gênero somada à pobreza indicou, para o processo de crescimento do encarceramento feminino nos anos 2000, um apontamento para novas possibilidades de abordagem em relação às políticas punitivas, de acordo com Debora Diniz e Juliana Paiva (2014). Para traçarmos novas possibilidades de abordagem, é necessário considerar, mais que as consequências do encarceramento feminino para o contexto familiar e de cuidado com os filhos em que as mulheres são inseridas. Assim, é fundamental refletir nas formas com que o gênero influencia na precarização da vida das mulheres presas (Diniz e Paiva, 2014).

No início da pesquisa *Radiografia do Crime Feminino no Distrito Federal*, em dezembro de 2012, eram de 641 mulheres compondo a população prisional feminina do Distrito Federal. As mulheres estão instaladas em um único estabelecimento

---

<sup>1</sup> Participei de três grandes pesquisas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal sobre as quais escrevo mais adiante, especialmente na seção de metodologia.

<sup>2</sup> Veremos nos capítulos seguintes que esse ignorar não é formal, já que formalmente o grupo de famílias com membros presos é previsto pela política de assistência social como uma população específica a ser atendida.

prisional: a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). À época da criação de Brasília, as mulheres presas eram alojadas no então Núcleo de Custódia de Brasília, em uma Ala separada dos homens presos, porém dentro da mesma unidade.

Durante a pesquisa supracitada nos foi informado pela PFDF que com o crescimento do número de presas, e os problemas que surgiram pelo fato de ser um estabelecimento misto, o então Núcleo de Custódia de Brasília, as internas foram transferidas para a Penitenciária do Gama, onde funcionava a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM).

Para dar início às ponderações colocadas pelo tema de pesquisa, pretendo referenciar, para este trabalho, teórico e metodologicamente os estudos feministas e do gênero, com o intuito de transformar o olhar universalizante e objetificante em uma produção que acontece a partir da minha história, do meu lugar, além de acontecer conforme minha presença é vista pelas vivências, experiências e olhares das outras pessoas em campo. Cada encontro que tenho em campo é também um encontro das pessoas comigo.

Neste trabalho, inicio com percursos metodológicos e as preocupações e cuidados éticos. No primeiro capítulo “Criminologias críticas e o encarceramento das mulheres” busco analisar brevemente as correntes críticas e feministas das criminologias, depois os perfis das mulheres presas.

Para o primeiro capítulo, busco localizar o processo de ampliação do encarceramento nas criminologias críticas e feministas, e reflete sobre o paradoxo do aprisionamento feminino para pensar a chave da relação entre as mulheres e suas famílias além de considerar como possibilidade de análise mais justa a perspectiva do continuum lésbico.

No segundo capítulo “A política social de assistência e as famílias” traço um panorama dos sistemas de proteção social e da política social, depois localizo a assistência social, sua historicidade e como ela se organiza no Brasil, tendo o direito ao trabalho como o regime de reconhecimento e o sistema capitalista como reguladores da política. Posteriormente busco refletir sobre a matricialidade sociofamiliar e a territorialização como eixos centrais que impactam a vida das mulheres presas e suas famílias com relação ao Programa Bolsa Família.

No terceiro capítulo apresento os principais dados quantitativos da radiografia do crime no Distrito Federal, são informações sobre faixa etária, cor, visita e benefícios sociais. Além disto, por considerar que os dados quantitativos são insuficientes para acessar a profundidade dos arranjos estabelecidos nos presídios com relação às visitas e as redes de apoio para garantia de direitos, construí uma seção de dados e narrativas do campo. A intenção desta era escrever algumas das histórias que me foram contadas nos dias de visita e descrever brevemente o contato com o campo. A terceira seção é uma análise crítica dos dados expostos na primeira e segunda seções deste capítulo.

Cada capítulo é parte da organização para o encontro da tese central de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social.

## Percursos metodológicos

A realização deste trabalho se liga aos projetos *Radiografia do Crime Feminino no Distrito Federal*, *Direitos Reprodutivos de mulheres em situação de prisão no Distrito Federal* e *Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal*. Assim, o presente trabalho é resultado de uma série de experiências de pesquisa no campo da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). Elaborei, portanto, um breve percurso metodológico dos projetos de que participei e que contribuíram para a construção deste plano em específico.

A *Radiografia do Crime Feminino no Distrito Federal* foi uma pesquisa realizada em 2012 na PFDF com métodos mistos aninhados, de caráter censitário-qualitativo organizada em duas fases. A primeira, censitária: analisamos 460 dossiês de mulheres presas no DF, a fim de traçar um perfil sócio-demográfico e penal. A segunda fase foi de entrevistas: coletamos informações sócio-demográficas contadas pelas internas. Ao total, trabalhamos com os dados de 277 entrevistas de mulheres sentenciadas. O objetivo era identificar o perfil sociodemográfico e penal da população de mulheres que cumprem pena da Penitenciária Feminina do DF.

Entrando em 2013, vinculado à *Radiografia do Crime Feminino do Distrito Federal*, iniciamos o projeto *Direitos Reprodutivos de mulheres em situação de prisão no Distrito Federal*, cujo objetivo era instalar um observatório dos direitos reprodutivos de mulheres presas. Esta pesquisa aninhou métodos mistos: censitário e qualitativo. Foi organizada em duas fases. Na primeira analisamos 440 dossiês para traçar um perfil sócio-demográfico e penal, na segunda que é de cunho qualitativo-etnográfico, utilizamos técnicas de observação e entrevista com mulheres cujos filhos menores de 7 anos vivam com elas no presídio ou sejam cuidados por outras pessoas externamente.

Já em 2014, começamos a trabalhar com o projeto *Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal* ao qual o presente projeto de conclusão de curso se articula de maneira mais profunda. O objetivo do primeiro era realizar um diagnóstico sobre o acesso ao Cadastro Único das famílias das mulheres presas no Presídio Feminino do Distrito Federal. A duração prevista é de 18 meses. A primeira etapa do projeto foi quantitativa e consiste em atualizar o

censo realizado na *Radiografia do Crime Feminino no DF* em 2012 para incluir questões sobre o acesso aos programas sociais e ao CadÚnico.

Ainda na primeira etapa, pretendemos cruzar os dados relacionados à renda das mulheres presas, o número de filhos, a região de moradia e a participação ou não no Programa Bolsa Família antes da reclusão com nossos dados anteriores. A partir daí, haverá a seleção das internas que serão convidadas a participarem das entrevistas sobre sua concepção de família e dos benefícios socioassistenciais.

Para a segunda etapa, queremos que seja descritiva e composta: pela análise das organizações do terceiro setor que atuam na PFDF e buscar perceber outras fontes que fazem articulações entre internas, suas famílias e as políticas sociais; Pela entrevista com profissionais do Serviço Social que trabalham na penitenciária.

A terceira etapa foi realizada nos dias de visita para as internas da PFDF durante três meses. Utilizamos a observação participante e entrevistas semiestruturadas com as famílias das mulheres presas. De modo geral, buscamos compreender as realidades e percepções das famílias sobre as políticas de assistência social. Nos questionários, há perguntas sobre os serviços prestados no presídio, demandas espontâneas, contato dos profissionais com as famílias e com outros profissionais que atuam junto a essas famílias.

Foram realizadas 15 entrevistas após o contato inicial e seleção de algumas famílias para este momento. Na quarta etapa analisamos os dados: fizemos as leituras dos diários de campo, dos questionários, transcrições das entrevistas e quaisquer outros materiais produzidos durante a pesquisa. Assim, elaboraremos os relatórios, subsídios para a reflexão da problemática do projeto. Cabe apontar que todos os projetos referidos acima foram planejados e realizados em uma parceria da Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) com a Universidade de Brasília.

É importante anunciar também que além dos caminhos metodológicos percorridos pelo projeto *Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal*, este trabalho utilizou as entrevistas semiestruturadas para analisar o impacto do corte do Programa Bolsa Família na organização das famílias e das internas. Buscando também compreender as implicações do Estado

Penal e de que maneira ele se relaciona com as políticas socioassistenciais nas vidas das famílias das mulheres presas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas conforme a necessidade de ter acesso às informações em parceria com o projeto *Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família*. Os momentos de estadia em campo foram de suma importância para a realização da pesquisa. Destaco que a observação cuidadosa foi uma constante para perceber de que maneira as entrevistas estão evoluindo (Gray, 2012).

### **Preocupações e cuidados éticos**

Pensando na escassez de produções feministas a partir do meu tema de pesquisa, há o desafio de trabalhar algo pouco estudado pelas feministas, principalmente no que se refere às questões éticas e metodológicas envolvendo pesquisas no campo dos presídios femininos. Por isso, mantive em mente o fato de que é crescente a contribuição da pesquisa social no processo de informação e construção de alicerces para as decisões políticas (Flick, 2009).

Agora pretendo direcionar a atenção sobre os limites e possibilidades do campo, como as pesquisas foram feitas, em quais condições e quais foram os desafios éticos que vivenciamos até este momento. Primeiro como as pesquisas foram feitas, aponto o cuidado especial que tivemos com a quantidade de pesquisadoras por ida: éramos pelo menos duas. Essa era uma forma de garantir que os escorregões pudessem ser vistos e conversados. Falarei melhor dos escorregões e de como nos esforçamos para driblá-los mais adiante. Na pesquisa éramos duas assistentes sociais em processo de graduação, sendo uma de nós, psicóloga formada. Esta foi minha supervisora mais direta. Além disso, temos três antropólogas. Uma doutora, um doutor e outra em processo de doutoramento.

Cada uma de nós pode vivenciar o campo a partir de sua corporificação no presídio. Dedico empenho especial à minha. De que maneira eu aparecia, e aqui, principalmente para as internas e suas famílias, e de que maneira elas apareciam para mim. Trabalho essa breve seção estabelecendo relação com o crescimento dos meus cabelos. No início da primeira das pesquisas meus cabelos eram raspados, eu era um

espectro lésbiano. Essa foi minha corporificação em campo e preciso dizer disso, afinal, concordando com Donna Haraway, somente aqueles que podem ocupar posições de dominação, podem ser incorpóreos (1995). Neste momento do texto, encaro o fato de que não quis e de que não pude ser incorpórea.

Minha vivência em campo era assim entendida, um espectro lésbiano. Os fios dos meus cabelos participaram do tecer em minha relação com as internas, especialmente com aquelas que relacionam ou se relacionaram com outras mulheres. Este lugar me permitiu acessar espaços diferentes se comparados com os acessados pelas outras pesquisadoras. As internas me contaram histórias de seus relacionamentos, me ensinaram das linguagens do presídio, me pediam para conversarmos por mais tempo, algumas lamentavam quando tinha de ir embora: “tchau, Julinha!”.

Então nós íamos embora. O fato de podermos ir embora traz implicações éticas importantes, não só o fato de sermos, em maioria, aprendizes de assistentes sociais. Nossas entradas e saídas significam que somos portais de acesso com o mundo externo, o que garante a possibilidade que as internas busquem em nós, uma circulação, um andamento e, por que não, um valor para suas demandas e para suas histórias.

Do lado de fora do presídio, nos dias de visita, a configuração é outra. As famílias estavam em um momento de espera quando chegávamos. Não uma espera ociosa, mas parecia sempre uma espera cansada e de muita atenção. É preciso ficar atenta para os nomes das internas que tiveram sua visita suspensa, é preciso manter o foco na contagem da senha, quem perde a vez vai para o fim da fila.

A movimentação constante de descobertas mútuas foi auxiliando o andamento das pesquisas. Conforme eu percebia o campo, era também percebida e este é um processo muito rico proporcionado por inspirações nas epistemologias feministas. Pois analiso que somando a escassez de produções feministas e os limites institucionais do campo, o fazer pesquisa no presídio, em si, é algo que traz questões éticas essenciais para uma obra responsável.

Enviamos todas as pesquisas supracitadas para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (IH/UnB),



conseguimos aprová-las. Além disso, garantimos as devidas autorizações institucionais. Tivemos a preocupação de que, no decorrer da pesquisa, conseguíssemos manter o anonimato em todas as etapas, desde a coleta à divulgação dos dados para buscar a garantia de sigilo e proteção de todas as participantes.

A intenção de submeter o projeto a um comitê de ética em pesquisa está relacionada à busca por diminuir as possibilidades de risco às quais estão sujeitas as participantes da pesquisa. Entretanto, há questões relacionadas à revisão ética em pesquisa nas ciências humanas, já que este tipo de revisão, antes de 1980, era principalmente articulado às áreas biomédicas de pesquisa (Diniz, 2008).

Embora as discussões éticas possam ser bastante mais aprofundadas por estarmos vivenciando o campo em uma instituição total, buscamos, em todos os momentos da pesquisa, entrevistar apenas as mulheres que autorizaram sua participação oralmente. Entretanto, em alguns espaços do presídio, era comum que não fôssemos as pesquisadoras, as figuras que explicavam para as internas sobre o estudo, assim, foi feita a solicitação de consentimento oral das participantes no momento das entrevistas.

## **Capítulo 1. O encarceramento das mulheres e as criminologias**

O primeiro capítulo busca localizar o processo de ampliação do encarceramento nas criminologias críticas e feministas, e reflete sobre o paradoxo do aprisionamento feminino para pensar a chave da relação entre as mulheres e suas famílias além de considerar como possibilidade de análise mais justa a perspectiva do continuum lésbico. A intenção deste capítulo é perseguir a tese central do presente trabalho de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social.

Assim, busco explorar as fronteiras que dificultam a entrada da política de assistência social na penitenciária. Concentro, portanto, na discussão de política punitiva, não há espaço para a garantia de acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, a instituição familiar é chave para a análise das garantias e dos efeitos do encarceramento feminino. Assim, o capítulo é fechado com uma proposta de mudança de perspectiva, da centralidade da família, para a centralidade das redes de apoio entre mulheres tecidas na fronteira entre o dentro e fora do presídio – que são os dias de visita.

### **1.1 Criminologias críticas e o encarceramento**

O aumento do encarceramento somado ao crescimento da reincidência criminal faz com que se concentre maior preocupação e maior número de produções acerca do tema das prisões. No Brasil, desde a construção de um Estado republicano no século XIX, estão presentes na discussão a política de segurança pública e a justiça criminal (Neder, 2009).

Autores como Alessandro Baratta (1998) e Luiz Chies (2013) analisam que nos séculos XVII e XVIII, em muitos países, a prisão passa a ser a principal pena a que se recorre nos marcos do iluminismo e do contratualismo. Apenas no século XIX se solidificam as prisões “pelas abordagens cognitivas da escola liberal clássica de direito penal e da criminologia positivista” (Chies, 2013, p.26).

David Garland se refere às medidas penais punitivas que conceitua mencionando o exemplo do enforcamento ou do açoite. O autor comenta que em parte do século XX, a declaração explícita do sentimento de vingança era um tabu por

alguns representantes do Estado. Entretanto, aposta que nos últimos anos a expressão do ressentimento público baseado no sentimento de vingança vem tomando espaço e se tornando uma retórica recursiva nas tomadas de decisão e na legislação penal (Garland, 1999).

Garland (1999) cita também exemplos recentes de recrudescimento das medidas penais punitivas em alguns estados dos EUA e na Grã-Bretanha. A depender do autor, o conceito de penas punitivas pode ser tanto de medidas penais punitivas quanto de penas infamantes. Ambas são penas que foram durante anos, reconhecidas como obsoletas e que hoje retornam pelo seu caráter indubitavelmente punitivo. As tais medidas penais punitivas acontecem para que não haja resquícios de sensações de impunidade.

De acordo com Michel Foucault, o ato de punir passou por metamorfoses: o caminho do suplício, a arte cênica da tortura, o espetáculo do castigo, utilizado na Antiguidade até o caminho carcerário, que existe para além da prisão. Trata-se de um direcionamento do poder de punir o corpo, para o poder de punir a alma. No decorrer do tempo passa a ser mais útil o controle e a eficácia do poder de punir. Não é nítido quem pune, assim como não é visível o que acontece dentro das instituições destinadas a punir. Não é segredo, mas não se pode ver (Foucault, 2010).

Assim, para Foucault “o castigo passou da arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (2010, p.16). A arte de castigar passa a ser discreta, e de acordo com o autor, essas metamorfoses acontecem como uma economia da arte do castigo, sob a forma de uma suposta humanização do suplício (Foucault, 2010). David Garland complementa que “o novo ideal penal é que o público seja protegido e que seus sentimentos sejam expressos” (1999, p.61).

Com a solidificação do sistema capitalista, a economia do castigo é maximizada para a manutenção da ordem e da desigualdade de classes. Neste processo, o corpo assume um caráter mais útil e a tentativa de transformar indivíduos infratores em corpos docilizados se torna interessante para o sistema no sentido de adequá-los e discipliná-los para o trabalho (Foucault, 2010).

Ainda sobre os impactos dos modos de produção vigentes, para Fernanda Kilduff (2010) é sabido que o aprisionamento não intenta dialogar com objetivos integradores dos sujeitos à sociedade, para a autora:

o aprisionamento exerce efeitos contrários a uma possível inclusão positiva do sujeito à sociedade, elas têm sentido na origem do capitalismo, quando a nascente burguesia precisou inserir o proletariado no monótono, rotineiro e mecânico ritmo do trabalho industrial moderno (Kilduff, 2010, p.243).

Para Kilduff, não só o aprisionamento tem consequências dramáticas para a classe trabalhadora, como o sistema penal como se configura contemporaneamente, é resultado da vigência do sistema capitalista:

Embora isto tenha uma continuidade histórica, a fase neoliberal do capitalismo revela a expansão do sistema penal como estratégia privilegiada de controle e gestão da pobreza, aprofundada principalmente por uma situação de desemprego maciço e estrutural (Kilduff, 2010, p.247).

Fernanda Kilduff (2010) estabelece uma relação entre o sistema penal e o desemprego ineliminável para a sociedade de classes. Considera também que o aumento do encarceramento nos últimos anos é reflexo das políticas repressivas praticadas nas últimas décadas.

Segundo Loïc Wacquant, autor que analisa a transição do Estado penal como resultado das reformas do Estado providência nos Estados Unidos, o objetivo do Estado penal “se desloca da reabilitação de criminosos para o controle e a vigilância das “populações perigosas”” (2003, p.23). O autor aponta que a política estatal de controle e vigilância de “populações perigosas” se destina a criminalizar as consequências da miséria.

O Estado penal estadunidense se repousou sobre a política social, abafando-a enquanto expandia intensamente as funções penais:

O incremento das funções penais e policiais do Estado americano foram ocupando o lugar da política social, com forte deslocamento de recursos públicos de áreas sociais para a área de “segurança pública”, para garantir a implementação de políticas basicamente repressivas e punitivas que envolveram tanto o setor penitenciário, como o judiciário e o policial” (Kilduff, 2010, p. 241).

Assim, rememorando questões anteriores, a economia do castigo é maximizada para a ordem e manutenção da desigualdade de classes. A singularização ou mitigação das penas acontecem sob o discurso da humanização, embora continue servindo para a manutenção da dominação. Desta forma, o discurso da humanização

serve para que a classe dominante não suje mais suas mãos, pois o poder de punir se sofisticou de modo a tornar menos visível a quem serve (Foucault, 2010).

A classe dominante e o Estado contam com o Poder Judiciário e com os aparelhos policiais, concordando com Elisa Brisola (2002), para que sejam contidas as populações entendidas como perigosas constituídas de pessoas não úteis para o capital. Populações estas que, muitas vezes, estabelecem maneiras de resistência para sobrevivência aos ataques repressores e punitivos.

O sistema punitivo e prisional é seletivo, sendo assim, é importante apontar na direção da obra “Duas Faces do Gueto” de Wacquant (2008). O autor está preocupado em pensar o gueto como um aparelho socioespacial de segmentação e controle etnoracial. Assim, o aprisionamento do segmento negro deve ser colocado como central nas discussões acerca das políticas penais no Brasil (Flauzina, 2006).

Nesse caminho, e agora mais especificamente acerca do caso brasileiro, a obra *A questão penitenciária de Augusto Thompson* é um marco na criminologia crítica brasileira. A partir dela, insurgiu “uma redimensionada perspectiva criminológica (mais crítica) e aquilo que nos permitimos chamar de sociologia nas prisões” (Chies, 2013, p.15).

Thompson reflete e critica o mito da ressocialização percorrendo o seguinte raciocínio: “punir é castigar, fazer sofrer. A intimidação, a ser obtida pelo castigo, demanda que este seja apto a causar terror. Ora, tais condições são reconhecidamente impeditivas de levar ao sucesso de uma ação pedagógica” (Thompson, 2002, p.5).

O autor pontua que a forma utilizada para manter a ordem e evitar as fugas no presídio é impondo um disciplinamento asfixiante e restringindo, ao máximo, a autonomia da pessoa que cumpre regime de reclusão. Então, conforme ironicamente indica Thompson, o mito da ressocialização baseado no entendimento de que as prisões podem reeducar de alguma maneira as pessoas que lhe sustentam, só é possível se alterarmos o conceito de educação vigente (Thompson, 2002).

É importante pontuar também que apesar de a criminalidade ser distribuída socialmente de maneira desigual, o crime e o medo do crime são fatos da vida moderna. De acordo com David Garland tanto o crime, como o medo do crime são amplamente vividos. O crime passa a ser entendido como algo não eliminável pela atualização ou implantação de novas políticas, faz parte de como nos organizamos

rotineiramente, e se organiza como um fenômeno de rotina, “crime é doravante o que ocorre no curso normal das coisas” (Garland, 1999, p.66).

Nos últimos anos, de acordo com Luiz Chies, pudemos observar no Brasil, realidades paradoxais e antagônicas, o autor rememora:

De outro lado, não obstante o agravamento da precariedade das condições de encarceramento real dessa superpopulação prisional, experimentamos significativa produção de normas e diretrizes políticas que, ao menos no papel e no discurso, refina e sofisticada as promessas e perspectivas de direitos sociais aos presos: em 2003, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; em 2009, a Lei 11 942 alterou a LEP visando assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência; em 2010, Lei 12. 313 também alterou a LEP a fim de prever a assistência jurídica ao preso e atribuir competências à Defensoria Pública e, por último, ainda em 2010, as Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões (Chies, 2013, p.17).

Apesar disso, o Brasil segue ocupando o terceiro lugar no *ranking* mundial de maior população carcerária (Walmsley, 2010). Sendo importante apontar que não só as perspectivas com relação aos direitos sociais das presas aumentam, mas as expectativas da população em geral com garantias de mínimos sociais anteriormente ignoradas pelo Estado, ou geridas e financiadas de forma rudimentar (Chies, 2013).

É importante pontuar que os sistemas de penalidades estão ajustados ao modelo societário do qual emergem, precisando de reconhecimento e legitimidade para que expressem e afirmem a moralidade coletiva “com todos os paradoxos que essa moralidade possa conter” (Chies, 2013, p. 19).

Chies (2013) considera que a prisão é uma manifestação sócio-histórica do castigo. Assim sendo, embora haja transições e metamorfoses nas formas de punir, o poder punitivo não é abandonado.

Para Garland, os governos têm de enfrentar a ambivalência que caracteriza o período atual, entre o que ele chama de “adaptação” e “negação”:

Esse tipo de repressão criminal dualista, ambivalente e frequentemente contraditória é atravessado por uma forma de pensar a criminologia do mesmo modo dualista e ambivalente, dilacerada entre o que eu designarei pelas expressões “criminologia do eu” e “criminologia do outro”. Esse dualismo contraditório expressa um conflito que está no próprio coração da política contemporânea, e não uma resposta logicamente diferenciada às diversas espécies de criminalidade (Garland, 1999, p.59).

Do mesmo modo que os governos também sabem que não podem mais ser a principal fonte de segurança e da repressão criminal, não podem expressá-lo publicamente, isto teria efeitos políticos dramáticos. Assim, as estratégias dos

governos têm sido: ora buscar desvendar novas estratégias para combater a criminalidade, ora, pela negação, reafirma o “velho mito da soberania do estado” (Garland, 1999, p.64).

Costurando a postura do Estado, o sistema punitivo que se expressa de maneira seletiva e a construção das moralidades que precisam estar refletidas no poder de punir, é importante afirmar de acordo com Debora Pastana (2009), que, de maneira ampla, a negação das políticas sociais se vincula ao aumento de repressão ao crime. No sentido de que, tanto as políticas, quanto as repostas repressivas vêm na direção do Estado para o lidar com a pobreza. Sendo assim, as alternativas disponíveis citadas, não se inter cruzam, pois são expostas a uma lógica de substituição em que onde a resposta repressiva ao crime se estrutura, não entram os serviços sociais.

## **1.2 Criminologias feministas e o encarceramento das mulheres**

Com o aumento do encarceramento feminino, verifica-se a importância de pensar políticas sociais no interior do cárcere considerando a questão de gênero como central para o debate. De acordo com Rosângela Santa Rita, existem “muitas pesquisas sobre violência e criminalidade, poucos estudos sobre o sistema penitenciário, especialmente com relação ao encarceramento feminino. O tema é invisibilizado pela agenda pública” (Santa Rita, 2007, p.19).

Os estudos sobre criminalidade feminina se localizam na interconexão entre diversos saberes. Entretanto, em relação aos estudos sobre o crime, há uma lacuna quando se refere a uma abordagem feminista e dos estudos do gênero. Em uma matriz feminista e de gênero, a maior parte dos estudos está focada na análise dos crimes cometidos contra as mulheres, o que é compreensível dada à persistência da desigualdade de gênero na sociedade brasileira e, em particular, da violência doméstica e intrafamiliar, cujas principais vítimas são meninas e mulheres (Espinoza, 2004).

É nesse contexto que verificamos a raridade dos estudos sobre o crime cometido por mulheres e sobre a forma como as penas são impostas e executadas nos presídios femininos. Dentre a bibliografia encontrada – incluindo cartilhas governamentais de esclarecimento sobre os direitos das mulheres presas – na perspectiva dos crimes

cometidos por mulheres, a mais comum está relacionada à maternidade nos presídios, o que demonstra uma maior preocupação com as categorias de mãe e criança, sendo menos central a categoria mulheres (Ramos, 2011).

É interessante perceber que há grandes consonâncias entre as criminologias críticas e feministas. Ambas têm considerações ao modelo de execução criminal brasileiro, suas motivações políticas que envolvem as medidas estatais com relação ao sistema penitenciário. Há também dissonâncias importantes na comparação entre criminologias críticas e feministas.

A principal dissonância seja talvez uma diferença de enfoque entre uma e outra proposta de pensar as criminologias. Para Carmen de Campos (2011), a criminologia feminista busca trazer as mulheres para o centro da análise. Outra possível dissonância é de que os estudos feministas apontam o direito penal como uma possibilidade de resposta a violência contra as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha (Campos, 2011).

A crítica é de que apesar da humanização formal prevista no discurso legislativo, há que se perceber um endurecimento do processo de cumprimento da pena. Retomando outro ponto de encontro entre as criminologias críticas e feministas é de que, segundo Olga Espinoza:

As interações no cárcere, mesmo feminino, se reproduzem pela regra do medo, ou seja, a doutrina de prêmios e castigos é reconstruída na sua versão mais perversa, visto que não se apela ao estímulo, mas à coerção, para produzir alterações na conduta das pessoas. A disciplina converte-se então em mecanismo justificado para o incremento do sofrimento (Espinoza, 2004, p.148).

Depois da criminologia crítica ocorreu uma mudança, “nos focos de estudos sobre o crime, passando das condições dos comportamentos criminais às condições dos processos de criminalização, inseridos na dinâmica das desigualdades sociais nas sociedades capitalistas” (Santa Rita, 2007, p.45). A autora conclui que:

Nesse sentido, ocorrem os agravantes na condição penal sobremaneira para aquelas pessoas ainda mais fragilizadas e vulnerabilizadas pelo afunilamento da pirâmide socioeconômica. Acredita-se que o processo de “criminalização da pobreza” é um reflexo desse tipo de Estado Penal (Santa Rita, 2007, p.37).



Apesar das pesquisas em torno das tendências progressistas das criminologias críticas e feministas, há muitos estudos sobre violência e criminalidade e poucos sobre o sistema penitenciário, especialmente com relação ao encarceramento feminino. O tema continua a ser invisibilizado pela agenda pública (Santa Rita, 2007).

Lola de Castro no livro *Criminologia da Libertação* (2005) preocupa-se em fazer uma avaliação do estado atual da criminologia, a autora afirma que há um declínio da velha criminologia positivista. As perspectivas interacionistas estão estagnadas, a criminologia liberal fracassou (Castro, 2005). Assim, ressaltou a importância da crítica às criminologias conservadoras. É essencial que pensemos as criminologias sob perspectivas feministas.

Segundo Olga Espinoza (2002), é possível verificar a escassez dos estudos sobre o crime cometido por mulheres e sobre a forma como as penas são impostas e executadas nos presídios femininos. Apesar da produção acadêmica sobre criminalidade e gênero estar direcionada especialmente a analisar as mulheres a partir da perspectiva da vítima, percebe-se uma lacuna inclusive nestes estudos.

A mulher foi sendo excluída, seja como objeto, seja como sujeito da criminologia e do próprio sistema de justiça criminal, das pesquisas e debates sobre a criminalização (aspectos político, econômico e social). Justificava-se a lacuna nessa área devido ao pequeno índice de encarceramento feminino (Ramos, 2011, p.11).

O menor índice de encarceramento feminino não pode ser mais considerado uma justificativa para a ausência de debate sobre o tema, já que de acordo com os dados citados nesta seção, a população carcerária feminina está em processo de aumento gritante, configurando o crescimento médio de 15,5% ao ano (Brasil, 2012).

Além das razões explicitadas de modo quantitativo, é preciso recordar que no decorrer da história, as prisões femininas foram usadas na direção de readaptar as mulheres criminosas nas normas de gênero e sexualidade, de acordo com Rosângela Santa Rita:

A utilização da pena de prisão deveria servir para a reprodução dos papéis femininos socialmente construídos. A intenção era que a prisão feminina fosse voltada à domesticação das mulheres criminosas e à vigilância da sua sexualidade. Tal condição delimita na história da prisão os tratamentos diferenciados para homens e mulheres (Santa Rita, 2007, p.43).

Pretendia-se que as mulheres fossem ressocializadas na direção da domesticação, de se tonarem mulheres melhores. Assim, sobre as prisões masculinas que acolhem em alas separadas, as mulheres criminosas, transmitia-se a ideia de que as mulheres necessitavam de uma separação geográfica para purificação em relação ao crime e ao gênero (Santa Rita, 2007).

Em geral, cabe nos preocuparmos com a forma como estão sendo elaboradas e executadas as normas com relação às mulheres. Até então as principais críticas são o descaso e descomprometimento com o fato de que os regimes do gênero operam de forma a precarizar a vida das mulheres e maneira mais drástica e dura se compararmos aos homens presos.

### **1.3 O paradoxo do encarceramento das mulheres e o continuum lesbiano**

Esta seção busca confrontar e costurar os conceitos de paradoxo do encarceramento das mulheres de Candace Kruttschnitt (2012) e o continuum lesbiano de Adrienne Rich (1996), fazendo tentativas de análises mais justas com relação às mulheres presas, suas famílias, suas comunidades e parcerias (forjadas no cárcere e estabelecidas para a sobrevivência no interior dele). A intenção é buscar alguns conceitos e questionar outros inspirando a reflexão nos marcos dos estudos de gênero sobre a centralidade nas famílias e do cuidado com as crianças como responsabilidades das mulheres.

A quantidade de mulheres presas é, em números absolutos, consideravelmente menor se comparada a quantidade de homens presos. A desigualdade populacional foi por vezes anunciada como uma possibilidade de explicação para a escassez de estudos sobre o encarceramento das mulheres. Conforme pontua Candace Kruttschnitt, as mulheres representam “entre 2% e 9% da população prisional em mais ou menos 80% dos sistemas prisionais em todo o mundo” (p. 32, 2012 - tradução minha).

Entretanto, de acordo com o Plano Nacional de Saúde no sistema Penitenciário, a taxa de encarceramento de mulheres tem sido proporcionalmente três vezes maior que o encarceramento masculino, segundo dados do Ministério da Justiça (2009) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2007). Há, na direção do maior número absoluto de homens presos, um assentamento de estudos e reflexões acerca dos encarceramento dos homens e de como o sistema punitivo os atinge.

Essa desatenção com relação as mulheres presas, de acordo com Candace Kruttschnitt, é surpreendente já que para ela , as mulheres tecem mais laços e tem mais responsabilidades com suas comunidades que os homens. Para a autora, o paradoxo do encarceramento das mulheres envolve o fato de que “as mulheres têm sido especialmente atingidas pelo encarceramento em massa” (p.32, 2012 - tradução minha).

A responsabilidade das mulheres pelo cuidado com as crianças e com as comunidades é decisiva no impacto do controle do crime. Assim, a autora comenta a diferença entre remover muitos homens e poucas mulheres de suas comunidades. O efeito de retirar os homens de seus locais de moradia, de acordo com ela, tende a causar menos impacto na organização da comunidade.

Assim, o paradoxo do encarceramento feminino se refere às implicações futuras de encarcerar mulheres em massa com o objetivo de combater a criminalidade. Candace Kruttschnitt referencia etnografias que descrevem as mulheres como a “cola” que mantém bairros precarizados funcionando. (p. 34, 2012). Trazendo em especial o argumento de que as crianças e as comunidades tendem ficar mais desprotegidas na ausência das mulheres, tendo como resultado final, o aumento dos índices de criminalidade que se pretendia reduzir.

As autoras Debora Diniz e Juliana Paiva (2015) apresentam uma reflexão fecunda sobre o paradoxo do encarceramento das mulheres. Elas comentam que a pergunta de Candace Kruttschnitt sobre o impacto do encarceramento das mulheres para suas comunidades e filhos está correta, mas é necessário pensar em possibilidades mais justas de análise. Para as autoras, o conceito do paradoxo pode acobertar opressões sendo necessário refletir sobre a forma desigual com que a precarização da vida atinge homens e mulheres.

A evidência para Candace Kruttschnitt (2012) é de que a maioria dos estudos nos presídios femininos se preocupam com as mães e crianças atrás das grades. A categoria mulher pouco aparece. Sendo assim, a principal preocupação de mandar mulheres para a cadeia é o que acontece com os seus filhos. Já quando os pais vão para a cadeia, as crianças vivem com as mães. Entretanto, quando as mães são mandadas para a cadeia, são poucas as que vivem com os pais.

O paradoxo do aprisionamento feminino de Candace Kruttschnitt (2012) tem a ver com a dimensão das repercussões do fenômeno do encarceramento das mulheres na sociedade. Mesmo com o pequeno número de indivíduos atingidos diretamente, as crianças e as comunidades vivem e convivem melhor com a presença das mulheres. Assim, quanto menos mulheres forem presas, melhor vão sobreviver os filhos e as comunidades.

O que me leva a questionar o tecer argumentativo de Candace Kruttschnitt (2012) sobre o paradoxo do encarceramento das mulheres é, especialmente, o fato de que os direitos das mulheres presas são, normalmente conquistados e mantidos repousados sobre a maternidade. Ou seja, “no direito do outro e não delas” segundo Juliana Paiva (p. 40, 2013).

O encarceramento feminino é um problema para as mulheres, para suas famílias, para as crianças e para as comunidades. Candace Kruttschnitt traz o poderoso argumento de que “não há dúvidas de que o encarceramento reestrutura as famílias, mas quando mães são encarceradas, isso frequentemente, devasta as famílias.” (2012, p.35 - tradução minha). O que não é central no paradoxo do encarceramento feminino é que o a aprisionamento em massa de mulheres, é um problema para as mulheres em outras tantas dimensões.

Adrienne Rich preocupa-se em pensar questões como os porquês das relações entre mulheres como parceiras, companheiras na vida e no trabalho, terem sido apagadas e invalidadas. Além disso preocupa-se em pensar a total desatenção à existência lesbiana em uma ampla gama de escritos, incluindo os ensaios de inspiração feministas. Segundo a autora “...boa parte da teoria e crítica feministas estão encalhadas neste banco de areia” (Rich, p. 18, 1996 - tradução minha).

A autora faz uma retrospectiva a obras que se propunham trabalhar a história das mulheres e constata que esta foi apagada da história do mundo pelo heterocentrismo. A palavra lesbiana nesse sentido busca considerar as histórias de parceria e companheirismo entre mulheres, não está relacionada exclusivamente ao afeto/sexo entre mulheres.

Adrienne Rich (1996) faz uma revisão de literatura de autoras que creem que a responsabilidade do cuidado da infância, segundo a divisão sexual do trabalho têm

levado a uma organização social de desigualdade de gênero e que para modificar a dada desigualdade, os homens precisam, também, se empenhar no cuidado da infância. – a autora critica que tais pensamentos são tecidos sem que se faça referência à heterossexualidade obrigatória como fenômeno, tampouco como ideologia.

Segundo Adrienne Rich (1996), a decisão de utilizar as palavras *continuum* e *lesbiano* se dá pelo fato de que a existência lesbiana sugere, tanto a presença histórica lesbiana, como a contínua criação do significado dessa existência. Ou seja, o termo *continuum* *lesbiano* é uma ampliação da experiência da vida de cada mulher e da história das mulheres.

A intenção da autora em ampliar o conceito de *lesbiano* se relaciona ao acolhimento de outras formas de relação e intensidade entre mulheres e não apenas relações afetivo-sexuais. A autora se refere à solidariedade contra a tirania masculina e ao dar e receber apoio tanto prático como político. Adrienne Rich (1996) cita o exemplo das associações de resistência ao matrimônio e para este trabalho, acrescento também, as mulheres que fazem parte do circuito assistencial-prisional.

O *continuum* *lesbiano* é um dos conceitos que me inspiraram a escrever do presídio feminino, das mulheres presas, das mulheres parceiras que visitam a PFDF e das políticas sociais de assistência. Nem todas as mulheres são mães, além disso, gostaria de pensar para além do impacto que o envolvimento das mulheres com o crime e o encarceramento gera nas suas comunidades.

Escrevo isso no sentido de refletir a partir das parcerias que, após o aprisionamento, reforçam e mantêm as mulheres sobrevivendo no presídio. O trabalho em campo me sugeriu que estas parcerias em laços, formam redes firmes de mulheres.<sup>3</sup> Essas redes de apoio foram o que vi acontecer nos dias de visita, quando uma visitante veterana explicava à uma visitante inexperiente o que entra e o que não entra, quando uma leva produtos ou dinheiro para a outra pois sua cota é atingida.<sup>4</sup>

No presídio, foi possível observar, como para Adrienne Rich (1996), que não se pode reduzir a experiência que envolve relações de apoio e cuidado entre mulheres à

---

<sup>3</sup> Escrevo das histórias que me foram contadas no terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>4</sup> O presídio tem regras de cor, quantidade e tamanho para tudo o que entra com as visitantes, cada visitante tem uma cota. É comum o compartilhamento de produtos e dinheiro. Quando uma visitante excede o limite permitido, ela costuma pedir para repartir a quantia com outras visitantes que entrarão com menos quantidade do que o máximo.

identidade sexual lesbiana. A PFDF é, por suposto, uma penitenciária que mantém mulheres em regime de reclusão, onde, sem as outras mulheres, parceiras, amigas, familiares, a existência no fechado é bastante dificultada.<sup>5</sup>

A existência lesbiana vem sendo experienciada apesar dessa existência política de privação histórica em diversas possibilidades de negação das realidades femininas. De acordo com Adrienne Rich (1996) não é possível compreender a experiência feminina – e seus significados e potencialidades específicas –, tampouco o continuum lesbiano se houver a limitação e redução das existências das mulheres apenas em identificação com outras existências sexualmente estigmatizadas.

Para a autora, se considerarmos as possibilidades de experiência de todas as mulheres, todas existem em um continuum lesbiano, “nós podemos ver a nós mesmas entrando e saindo deste continuum, nos identificando ou não como lesbianas” (p. 16, 1996 - tradução minha). Da mesma forma que o termo lesbiana foi reduzido por definições patriarcais e médicas, foi também reduzido pelo apropriação do meramente erótico. De acordo com a autora, histórias de resistência feminina são apagadas, fragmentadas.

Busco com as reflexões tecidas acima questionar a famílias, comunidades e o cuidado da infância como instituições e categorias centrais no debate do encarceramento das mulheres. Intento trazer aqui, especialmente, a ambiguidade da instituição familiar, pois embora esta seja por muitas vezes lócus de violência e abandono para as mulheres presas, é também nas famílias que as políticas socioassistenciais se apoiam. O objetivo não é negar a importância das famílias no processo de sobrevivência no cárcere, mas enfatizar a relação de apoio que há entre as visitantes e as internas.

No entanto é possível perceber os limites do conceito para pensar a realidade prisional das mulheres, já que não há parceria na relação entre agentes penitenciárias e visitantes ou internas, por exemplo. Optei por lançar mão do conceito de continuum lesbiano como uma possível proposta para a mudança de foco, da rivalidade entre mulheres, para suas parcerias. O continuum lesbiano, desta forma, não esgota a discussão, mas ao certo ajuda a pensar o que percebi no campo.

---

<sup>5</sup> Nenhuma mulher sobrevive no presídio sem dinheiro, as que não recebem visita trabalham lavando as celas e as roupas de outras internas.

É inegável a participação, acompanhamento e controle das mães, irmãs, avós, tias, filhas e netas no processo de aprisionamento das mulheres, portanto, buscarei falar em família quando a reflexão apontar para o acesso às políticas sociais, já que estas estão constantemente baseadas em uma perspectiva de centralidade familiar. Não ignorando também o conceito de continuum lésbico na intenção de iluminar o apoio e parceria entre as mulheres que vi nos dias de visita no presídio.

## **Capítulo 2. Proteção, política social e assistência: dilemas e potencialidades**

Este capítulo pretende fazer uma revisão da bibliografia básica sobre proteção, política social e assistência social. Além disso busca analisar a assistência social com foco no Programa Bolsa Família. Sobre o Programa Bolsa Família direciono o olhar para as perspectivas acerca da territorialização e da matricialidade sociofamiliar e os impactos do referido programa na vida das mulheres presas no Distrito Federal e suas famílias. Além disto, tento explorar as interconexões entre as políticas assistenciais e punitivas.

A intenção deste capítulo é perseguir a tese central do presente trabalho de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social. Nesse sentido, busco pensar sobre os limites da entrada de informações sobre o encarceramento das mulheres nas instituições da assistência social. A centralidade da família é também essencial neste capítulo, e no interior das famílias, a centralidade das mulheres.

### **2.1 Proteção social e Política Social**

A partir de uma perspectiva generalizante é possível afirmar que não há sociedade humana que não tenha desenvolvido um sistema de proteção social. A solidariedade social é um processo recorrente que esteve e está presente se organizando seja de maneira simples, seja de maneira complexa e sofisticada. Instituições não especializadas e plurifuncionais podem ser responsáveis por exercer a referida proteção. Quando a proteção social é realizada por sistemas específicos, eles se inserem de maneira importante na divisão social do trabalho passando a integrar ponto essencial da vida coletiva (Di Giovanni, 1998).

Di Giovanni constata que “as sociedades sempre alocaram recursos e esforços em suas atividades de proteção social” (p. 10, 1998). Desta forma, o autor dá o nome de proteção social à todas as formas, independentemente de seus níveis de institucionalização, configuradas pelas diferentes sociedades de proteger pessoas ou grupos (1998). Di Giovanni aponta que:

Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também



tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens e materiais (p. 10).

Os sistemas de proteção social mais relevantes foram experiências de países europeus capitalistas. Esses sistemas estavam desenvolvidos de modo a delegar sua implantação e gestão ao Estado, sendo este a sua característica mais marcante (Di Giovanni, 1998).

No processo de alocação de recursos e esforços para as atividades de proteção social, o autor estabelece que os modos de alocação variam de acordo com o tempo e o grupo social, além disso, enumera critérios de alocação, são eles: a tradição, a troca e a autoridade. A tradição tem a ver com os valores, a troca tem a ver com as relações face a face e com a lógica mais distanciada do mercado, a autoridade – estado como gestor, regulador e, as vezes, criador que tais relações. A alocação de recursos sociais se dá, majoritariamente por meio do estado. Di Giovanni aponta ainda que:

A proteção social assumida através do estado é socialmente assumida como função do poder público e representa a existência de um conjunto de garantias mais ou menos extensas, através de intervenção política e administrativa. Mas, a existência e a constituição de sistemas de proteção desta natureza não excluem a persistência ou a constituição de outras formas de proteção, privadas, nas quais o alcance dos mesmos objetivos está confiado a acordos entre sujeitos, seja na base de relações mercantis ou fundada em vínculos tradicionais (p. 12-13, 1998).

Desta maneira os sistemas de proteção social, além de serem produtos, são elementos estruturantes da vida social moderna. A proteção social esteve durante muitos anos da história do Brasil vinculada somente à lógica contributiva baseada no modelo bismarckiano, destinava-se, assim, às pessoas contempladas pelo regime do trabalho formal. Esta característica tende a reproduzir as desigualdades (Castro, 2009). O modelo bismarckiano, surgido no século XVIII, na Alemanha durante o governo de Otto von Bismarck, o modelo de segurança social proposto foi considerado avançado à época (Pereira, 2008)

Jorge de Castro comenta que os estudos da política social são vastos e diversos, assim como os entendimentos sobre a referida área do conhecimento. Além disso, não há consenso conceitual acerca da política social (Castro, 2009; Behring, Boschetti, 2008).

Na perspectiva de tentativas de encontrar origens da política social, toma-se, de acordo com Potyara Pereira, como parâmetro institucional e histórico, o *welfare state*. A autora aponta que nessa direção, política social e Welfare State seriam como

sinônimos, ambos datam do fim do século XIX como possibilidade de negociação para os conflitos decorrentes do ligeiro processo industrial (Pereira, 2008). Com isso, a autora pontua que há:

correspondência direta entre o desenvolvimento do capitalismo rumo à industrialização, a formação dos Estados nacionais e a transformação destes em democracia de massas, no marco da Revolução Francesa, constituem – tanto para pensadores clássicos como modernos – os determinantes fundamentais da aparição do Welfare State no século XIX (Pereira, p.26, 2008).

Assim, não é possível dissociar os entendimentos de capitalismo industrial, consolidação dos Estados nacionais no processo de compreensão acerca da formação do *welfare state* e da política social. Apesar das tentativas de identificar suas origens, o *welfare state*, no entanto não pode ser identificado, para a autora, como uma instituição unívoca (2008).

Potyara Pereira (2008) marca ainda que a densidade institucional e a dimensão cívica do *welfare state* foram consolidadas por pressões que envolvem a revolução industrial e as mobilizações sociais, desde a segunda metade do século XVIII. Neste sentido, nas sociedades pré-capitalistas, as responsabilidades sociais adotadas não tinham como objetivo final a garantia do bem comum, mas aconteciam na direção de “manter a ordem social e punir a vagabundagem” (Behring, Boschetti, p. 47, 2008). Assim, as autoras afirmam que:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring e Boschetti, p.51, 2008)

Relacionada às reflexões supracitadas, é importante enfatizar que desde meados do século XIX ao fim do século XX, as relações sociais são balizadas pelo predomínio do liberalismo econômico, que determina, acima de tudo, a regulação do trabalho pelo livre mercado. (Behring e Boschetti, 2008).

Entretanto, não se pode deixar de considerar, conforme pontuam as autoras, a importância do fortalecimento da classe trabalhadora e o pressionamento do Estado para garantia de direitos políticos e sociais. A partir do fim do século XIX, o Estado capitalista passa a executar, pelas pressões populares, ações sociais de caráter mais sistemático e obrigatório (Behring e Boschetti, 2008).

Tendo em mente os processos de criminalização da pobreza e a centralidade das famílias dentro da literatura acerca do encarceramento feminino tecidos nas seções anteriores: há, em contraposição, a literatura acerca da política de assistência social que também ressalta o eixo estruturante da família, mas como uma instituição chave para a perspectiva de redistribuição em renda, como delinearei nas próximas seções deste capítulo.

Retomando as interconexões entre as políticas punitivas e assistenciais, é importante lembrar das discussões atuais desde as antigas leis dos pobres elisabetanas (entre 1531 - 1601), à nova lei dos pobres já em contexto de revolução industrial, sobre isso, Ivanete Boschetti e Elaine Behring anunciam:

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres “não merecedores” (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). Aos primeiros, merecedores de “auxílio”, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretensão dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito (2008, p. 49)

Qualquer semelhança com a política de assistência social hoje, no Brasil, não é mera coincidência. A articulação entre os domínios assistenciais e punitivos do Estado permanecem ligados. Wacquant (2008) sugere que o “workfare” e o “prisonfare” são dois lados da mesma moeda. Ambos servem para lidar com mulheres e homens pobres e negros. Embora o autor traga a realidade estadunidense para este estudo, é possível perceber que no Brasil não é muito diferente.

O *welfare* garante às mulheres pobres e suas crianças o mínimo – e muitas vezes nem isso – ,enquanto o *prisonfare* controla, de diversas maneiras, os homens pobres. Assim, talvez a grande contribuição de Kruttschnitt é de apontar para o fato de que as mulheres são perversamente contemplados por ambos os regimes. Estão sujeitas aos dois.

Este trabalho se insere na perspectiva de alargar a discussão sobre o tão discutido processo de moralização das políticas sociais. O presídio é o lugar onde essa discussão é intensificada, segundo Noberto Alayón:

Ainda que a prática assistencial não solucione por si (tal como sabemos) os problemas estruturais e de fundo de nossos povos, não se deve impedir que ela se

concretize em respostas a necessidades tangíveis, articulando-se com reivindicações maiores (1995, p. 54)

Desta maneira, as “reivindicações maiores” aqui, se relacionam com o fato de que a estrutura do Estado penal, impede que sejam dadas respostas justas à pobreza, vinculando esta a criminalidade como um fato intrínseco à condição de ser pobre.

## **2.2 Assistência Social: alguns fundamentos e desafios**

No Brasil, pode-se falar em Estado social democrático de direitos apenas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Apesar de ter adotado características democráticas e de Estado social, o Estado brasileiro, de acordo com Ivanete Boschetti, “não assegura ampla cidadania e nem instituiu sistema universal de proteção social” (2007, p. 76).

Ainda para Ivanete Boschetti, o “Sistema de Seguridade Social” tem uma centralidade institucional importante no Estado social a partir de 1988. A seguridade social prevista na Constituição, possui princípios de universalidade da cobertura, o que, de acordo com a autora, “não significa que os direitos devem ser assegurados igualmente a todos” (2007, p.77).

De acordo com Luciana Jaccoud (2008) desde a década de 1930 pode-se falar da política pública de assistência social no Brasil, até então a assistência social estava restrita a esfera privada, criadas no interior da igreja católica, marcada pela perspectiva da caridade e da filantropia mesmo com o apoio financeiro do Estado.

Na estrada do século XXI, o Brasil se depara com uma política econômica orientada por paradigmas neoliberais que desde então traça negociações difíceis para as pessoas que vivem do trabalho e para os movimentos sociais. Alguns princípios importantes neste contexto são a seletividade e a distributividade; a irredutibilidade do valor dos benefícios; e a diversidade das bases de financiamento.

Sobre as contradições e ambiguidades da política social, em especial da assistência social, autora Potyara Pereira reflete:

No que tange ao trabalho remunerado e ao emprego, o antagonismo com a assistência social apresentava-se de forma mais contundente. É a voz corrente que, se houvesse emprego para todos, a assistência social não teria porque existir. Mas, como o mercado de trabalho é imperfeito tal assistência social é tolerada desde que não fira a ética do trabalho e não

transforme o pobre em beneficiário privilegiado. Trata-se, pois, de uma medida que embora desmercadorizável em princípio, porque não visa ao lucro, guia-se pelo critério da mercadorização e, embora substitua o trabalho, que é considerado nobre, é tida como ignóbil (Pereira, 1996, p.24).

O exemplo do indivíduo trabalhador que ocupava, como membro masculino e provedor, o modelo tradicional de família vem contemplar a ideia de família irregular e incapaz. Desde os anos 1990, centralidade na família é essencial para a formulação da política de assistência social (Teixeira, 2009). Além disso, ao contrário da política punitiva, o modelo binário de gênero garante às mulheres não presas o acesso às políticas socioassistenciais.

Ainda na década de 1990 são construídas as primeiras experiências de políticas de transferência de renda na América Latina, a partir de então tais políticas passam a fazer parte das escolhas do poder público, considerando a pobreza como parte da questão social (Cunha, 2009).

Apesar de a prática assistencial não ter condição de solucionar por si as questões estruturais de fundo já citadas, é importante que tal prática esteja articulada de uma maneira mais ampla. Noberto Alayón considera que se:

a atividade assistencial é assumida como direito inalienável da população explorada, interpretada na perspectiva da igualdade e da justiça social e, ao mesmo tempo, se atua contra as grandes causas geradoras da exploração e da miséria, não se pode falar em assistencialismo (1995, p.54)

Sendo assim, para o autor, o que fundamenta e determina a prática assistencial é sua orientação ideológico-política. Nesse sentido, Potyara Pereira acentua que a tendência de implementar programas seletivistas é parte de uma agenda neoliberal. Os efeitos de tal tendência é de que se esvazie “sobremaneira a assistência social da sua condição de direito de cidadania e da sua função básica de inclusão social” (1996, p.23)

A autora busca fazer aproximações conceituais do que seja assistência social. Conduz desde as noções de Welfare State e suas raízes na regulação keynesiana, passando assim pela crítica ao nominalismo abstrato que remete exclusivamente à atividade assistencial.

Ao chegar à crítica da compreensão da assistência social como a própria política social, Potyara Pereira (1996) aponta para a propensão de apreender a assistência

social por suas manifestações mais gerais e aparentes e não por seu conteúdo processual relacionado à dinâmica da realidade.

Ao delimitar seu discurso, a mesma autora se refere à qualificação de assistência social de que se fala como liberal-burguesa. Ela reflete sobre a contradição entre precisar lidar com demandas relacionadas às necessidades humanas em contraposição ao contexto de uma sociedade guiada pelas determinações do mercado.

Chegando às necessidades sociais, Potyara Pereira reflete que só no século XX os mínimos sociais começam a ser questionados em seu caráter individual e sua relação inseparável com a pobreza completa. Assim, as necessidades sociais passaram a ser reconhecidas como “matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas” (2008, p. 17).

É essencial, para pensar assistência social no Brasil, citar também o Plano Beveridge de 1942 na Inglaterra, que para Pereira, constituiu “pedra angular do sistema de proteção social do mundo ocidental moderno” (Pereira, 2008, p.18). A partir desse Plano, tornou-se imaginável observar maior expressão da fase monopolista do capitalismo relacionando-a ao antagonismo de classes.

Partindo das discussões acerca das necessidades sociais introduzidas no Brasil pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a lei sugere o pressuposto dos mínimos sociais que para Potyara Pereira “correspondem a necessidades fundamentais a serem satisfeitas por políticas sociais” (2008, p. 21). A autora sugere um importante debate sobre os mínimos sociais e o atendimento às necessidades básicas.<sup>6</sup>

Assim, é importante aqui delinear a não equivalência entre os termos de mínimo e básico conforme a autora cita. A intenção deste trabalho de apoiar a garantia do além do que o termo mínimo indica, mas do básico como passo para a satisfação das tais necessidades sociais “em direção ao ótimo” (Pereira, 2008, p.27).

Nesse debate está inserida uma forma específica de programa social, as políticas de transferência de renda. De acordo com Marcos César Siqueira, tanto a política de

---

<sup>6</sup> Escrevo mais sobre a LOAS e outras regulamentações legislativas na próxima seção.

assistência social, quanto os programas de transferência de renda estão em destaque nos últimos anos. Para o autor:

A centralidade dos programas de transferência de renda condicionais e focalizados na pobreza extrema na última década, por exemplo, é efeito da influência de ideologias e teorias dominantes (em especial o neoliberalismo com suas constantes revisões e reciclagens), favoráveis a este tipo de proteção social emergencial (2012, p. 10)

Assim, a política de assistência social que engloba os programas de transferência de renda, está inserida em uma lógica de profundas contradições e interesses ambíguos.

Importante citar que a política de assistência social passa a caracterizar assinalando sua posição de direito apenas após a constituição de 1988, o que, conforme aponta Marcos César Siqueira (2012), não garante por si, o aporte institucional para certificar à população seu acesso à política.

### **2.3 O Programa Bolsa Família: territorialização e matricialidade sociofamiliar**

Embora a política de assistência social seja gerida pelo Estado, conforme citei anteriormente, há a centralidade na organização familiar, principalmente no que se vincula às políticas de transferência de renda onde se insere o Programa Bolsa Família. A política de assistência social tende a reeditar antigos conservadorismos ao “responsabilizar e culpabilizar a família, e dentro dela a mulher, pela miséria, pela ausência do cuidado ou pelas falhas na socialização de seus membros” (Teixeira, 2009, p. 261).

A Constituição Federal de 1988 inaugura a política de assistência social com o status de política pública, sendo dever do Estado garantir a quem dela necessitar, o direito a acessá-la (Brasil, 1988). Só em 1993, então, observamos a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamenta a assistência social como direito, ao estabelecer normas e critérios.

Em 2005 apenas, é possível reconhecer tentativas reais de combate a fragmentação e segmentação da política de assistência social há anos encontrada repartida e racionada em diversos setores e instituições prestadoras de serviços relacionados à política de assistência.

Tanto a Constituição Federal de 1988, como a LOAS, reforçam que a política de assistência social está inserida no âmbito da seguridade social, garantindo o atendimento às necessidades básicas ao prover os mínimos sociais. Destacando, inclusive, o caráter não contributivo da tal política.

A norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social deve ser trazida também como importante instrumento para a organização da política, já que a esta norma compete identificar e apresentar com nitidez as competências de cada instituição constitutiva da assistência social.

As disposições legais citadas anteriormente reforçam o lugar das famílias como pressuposto fundamental para a garantia do acesso ao direito. Sendo assim, é indispensável trazer os efeitos da centralidade familiar na promoção da assistência social como direito.

No ano de 2011 foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria pelo Decreto nº 7942 cujo objetivo era a superação da extrema pobreza até o fim de 2014. O Plano se organiza em três grandes eixos. O primeiro é para garantia de renda; o segundo é de acesso à serviços públicos; e o último está relacionado à inclusão produtiva. Configura assim a necessidade de uma ação intersetorial do Estado.

O Programa Bolsa Família é parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria. O programa funciona de forma a priorizar três principais eixos. O primeiro está relacionado à transferência de renda; o segundo se vincula ao acesso à direitos sociais básicos especialmente no âmbito da saúde e educação de suas usuárias configurando a requisição das condicionalidades para permanência no programa; o terceiro se vincula ao objetivo de desenvolvimento familiar para a superação da situação de vulnerabilidade.

O Cadastro Único é um instrumento estatal utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social cujo objetivo é identificar e caracterizar as famílias de baixa renda no país. O cadastro é parte de um sistema informatizado em que a inscrição da família não garante, necessariamente, o acesso a programas sociais, mas é pressuposto para atendimento nas instituições da assistência social, como os CRAS e os CREAS.

Ainda em 2011 foi disponibilizado no sistema a possibilidade de inscrever no CadÚnico a identificação de famílias integrantes de grupos específicos. São



reconhecidos como grupos específicos as seguintes famílias: ciganas, extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias participantes de comunidades de terreiro, famílias ribeirinhas, de agricultores familiares. E ainda famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do Programa de Crédito Fundiário, famílias acampadas, atingidas por empreendimentos de infraestrutura, família de preso do sistema carcerário e famílias de catadores de material reciclável.

Sendo assim, as famílias cujo algum membro compõe o sistema carcerário são entendidas como integrantes de um dos 12 grupos específicos a serem registrados pelo CadÚnico e assim atendidos pela política de assistência social. Além dos 12 grupos citados, há a opção nenhum para o preenchimento no cadastro.

Torna-se aqui necessário discutir o apagamento da população carcerária – embora não na formalidade da política – na execução prática da assistência social que repercuta perversamente na vida das mulheres presas e de suas famílias. Considero que há nesse debate possíveis desafios para a universalização dos serviços socioassistenciais.

O Programa Bolsa Família, em sua constituição, objetiva contribuir para a superação da pobreza. Ele foi estabelecido no ano de 2003 e é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (Lavergne, 2012). Sobre a superação da pobreza, é necessário considerar, conforme a autora Elisa Brisola, que “as políticas sociais são impactadas pela agenda neoliberal, trazendo como consequências a focalização e seletividade do atendimento em detrimento da universalização dos direitos sociais” (Brisola, 2012, p.149).

O processo de territorialização se configura também como um importante fator que constitui todos os serviços propostos e que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A territorialização tem como fundamento e objetivo o desenvolvimento da vigilância socioassistencial. A vigilância socioassistencial intenta conhecer as formas de vulnerabilidade social da população de determinado território, assim, “a territorialização é o pilar do SUAS” (Xavier, Silva, Ramos, Gonçalves, 2009, p. 12).

A territorialização é também uma tentativa de descentralização e aproximação das comunidades e territórios com que se trabalha, além disso, vigilância social

resulta em estudos territorializados. Nos processos de atenção para assistência social acaba-se por conhecer as famílias e pessoas com que se trabalha nos níveis de baixa, média e alta complexidade. (Xavier, Silva, Ramos, Gonçalves, 2009).

As instituições que compõem a rede socioassistencial, especialmente aquelas que oferecem serviços de proteção básica atendem ao Programa de Atenção à Família (PAIF). O PAIF trabalha com a intenção central de fortalecimento da função protetiva das famílias.

O SUAS trabalha com a matricialidade sociofamiliar como um de seus eixos estruturantes. Assim, tanto o caráter da matricialidade sociofamiliar, como o caráter de territorialização que constituem a política de assistência social e o Programa Bolsa Família, são fundamentais para refletir sobre a estrada da política de assistência social na penitenciária.

Para Solange Maria Teixeira, é um avanço ao que se refere à política de assistência social que se considere as famílias como foco de atenção e ação do Estado. O avanço se configura devido ao fato de ter sido, por muitos anos, o indivíduo o foco de atenção. Hoje, se busca considerar o indivíduo não isolado de sua família e comunidade (Teixeira, 2009).

A matricialidade entra na discussão sobre a centralidade das famílias, e nela, a ambiguidade de reconhecer o fortalecimento das mulheres na perspectiva da renda. Entretanto, devemos considerar o preço da super responsabilização das mulheres na garantia do desenvolvimento familiar.

É importante enfatizar que, assim como a política de assistência social não entra no presídio, a política punitiva também não alcança a política de assistência social. As famílias com quem conversei, já adentrando a análise dos dados do campo executada nas próximas seções, não informam ao Estado o fato de uma de suas partes está presa.

É importante ressaltar que de acordo com as reflexões elaboradas anteriormente, a política de assistência social não só não coloca impedimentos para o acesso aos serviços socioassistenciais para as mulheres presas e suas famílias, como esta é uma população reconhecida como grupo específico para atendimento na tal política.

Sendo assim, os efeitos de uma política de assistência social com um histórico meritocrático e seletivista que, como expõe o trecho a seguir:

por quase todo o século XIX permaneceu acompanhada de medidas disciplinares repressivas que embora temporariamente atenuadas nos últimos vinte anos do século XVIII, não foram, todavia, abolidas. O empenho do poder público não se limitava a assistir os pobres inabilitados para o trabalho, mas providenciava também que aqueles habilitados ou então em situação de miséria por culpa própria fossem obrigados a retornar ao trabalho. O controle da pobreza era adjudicado a uma espécie de polícia dos pobres. Os ociosos e mendigos eram internados em casas de trabalho e correção” (Di Giovanni, apud Alber, 1982, p.17)

Ou seja, as relações policiais e de patrulha das políticas punitivas foram por muito tempo e ainda são refletidas nas políticas que objetivam a proteção e o bem-estar social.

O Estado pune e controla as mulheres quando estão presas, mas também quando são usuárias da política de assistência social. Por isso também, é importante enfatizar que “cortar o bolsa família” para as mulheres presas, não é um ato inócuo, é sim, parte de um processo de dupla criminalização das pessoas que vivem sob a clausura do regime do gênero e que têm o cuidado com suas famílias e comunidades, como razão da existência, mais do que como responsabilidade.

Nesse sentido, é importante destacar que as políticas não se interpenetram por conta de um regime moral de classificação que destina políticas de acordo com suas delimitações. Ou seja, resumidamente, as boas pobres vão ao CRAS e as más pobres vão para a cadeia. Fundamental ressaltar novamente que a política de assistência social e a política punitiva são formas de controle do Estado sobre a pobreza. São formas muito diferentes, de fato, mas se ambas se constituem como maneiras de contar, acompanhar e (per)seguir determinados povos.

O regime moral de classificação dos pobres, se insere em articulação com a contribuição de Potyara Pereira, como se pode perceber no seguinte trecho:

Dos pobres, portanto, exige-se, sistematicamente, o máximo de trabalho, de força de vontade, de eficácia, de prontidão laboral e de conduta exemplar, até quando não contam com o tal mínimo de provisão como direito devido; e qualquer deslize cometido por eles lhes será fatal, sob todos os aspectos. É que, diferentemente do rico, o pobre tem que “andar na linha” e aceitar qualquer oferta de serviço e remuneração, pois sua condição de pobreza continua sendo vista como um problema moral e individual e, conseqüentemente, como um sinal de fraqueza pessoal que deverá ser condenada (2008, p. 34)

Caso não preencha os requisitos sugeridos pela autora, as pessoas pobres podem ter sua figura imediatamente transferida – da boa à má pobre – ou da pobre merecedora, para a pobre não merecedora.

### **Capítulo 3. Quem são elas e o que significa assistência na prisão**

Neste capítulo apresento os principais dados quantitativos da radiografia do crime no Distrito Federal, são informações sobre faixa etária, cor, visita e benefícios sociais. A intenção deste capítulo é de perseguir a tese central do trabalho de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social. Busco respostas na análise do perfil sociodemográfico das mulheres presas e nas histórias dos dias de visita.

Os dados quantitativos não esgotam a discussão no sentido de acessar a profundidade dos arranjos estabelecidos nos presídios com relação às visitas e as redes de apoio para garantia de direitos, construí, assim, uma seção de dados e narrativas do campo. A intenção desta era escrever algumas das histórias que me foram contadas nos dias de visita e descrever brevemente o contato com o campo.

#### **3.1 Perfil sociodemográfico**

Como discutido anteriormente, o sistema punitivo é seletivo quanto ao perfil de quem comporá, em massa, a população prisional. Para amparar as questões trazidas por este trabalho foram escolhidas algumas categorias de análise capazes de nos guiar por esse processo. Investigo, por exemplo, dados sobre cumprimento de medida socioeducativa, faixa etária, visitas e ajuda da família no presídio.

Nesta seção busco trabalhar com o perfil sociodemográfico das mulheres presas verificado pela pesquisa *Radiografia do crime feminino no DF*, visando balizar conceitos e argumentos de seções anteriores. De acordo com os dados tabulados sobre o perfil sociodemográfico em 2012, das 277 mulheres sentenciadas que entrevistamos, são 98,2% brasileiras. Destas, 59,2% já vivia no Distrito Federal. São mulheres jovens, 70,4% das entrevistadas têm de 18 à 34 anos (Diniz e Paiva, 2015).

Na tabela 1 podemos perceber que as mulheres que se autodeclararam pretas e pardas são maioria da população de mulheres presas no DF e representam, em soma, 66,8% mulheres negras do total de internas entrevistadas.

**Tabela 1 – Dados de cor das mulheres presas**

Cor	Total	
Amarela	19	6,9%
Branca	56	20,2%
Indígena	3	1,1%
Preta	43	15,5%
Outra	12	4,3%
Parda	142	51,3%
Sem informação	2	0,7%
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa Radiografia do Crime Feminino no DF. Anis/UnB, 2012

De acordo com Jurema Werneck, os sistemas vigorosos de inferiorização das mulheres negras fez com que fossem “estereotipadas e subvalorizadas na história do Brasil” (2010, p. 8). Esses sistemas acabam por “influenciar as interpretações sobre suas formas de participação social” (2010, p. 8).

A experiência histórica das mulheres negras, de acordo com Sueli Carneiro não pode ser encaixada no discurso do feminismo hegemônico sobre a opressão da mulher, esse discurso também “não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (2001, p. 1).

Uma das grandes diferenças citadas por Sueli Carneiro (2001) é o que denomina de mito da fragilidade. A autora questiona o fato de que as mulheres negras nunca foram reconhecidas como pessoas frágeis, e isto é ponto-chave na construção de uma identidade feminina que não pode ser esgotada pelo feminismo hegemônico.

Para Rayane Oliveira (2014) a perspectiva de que as mulheres transgridem o gênero quando cometem crimes é parte de uma argumentação do feminismo hegemônico sobre o crime. Já que, para a autora “as mulheres negras que são encaradas como criminosas e abjetas historicamente por suas condições de raça e

classe, e, portanto, mais subjugadas que as mulheres brancas, apreendem a transgressão de forma ineficiente” (2014, p. 27).

É importante estabelecer uma relação de correspondência entre o perfil das mulheres presas no Distrito Federal ao perfil de um preso comum no Brasil, “também pobre, negro, pouco escolarizado e trabalhador informal” (Diniz e Paiva, 2015, p. 10). Importante trazer também os dados de cor do perfil da usuária da assistência social, pois este é mais um ponto de conexão entre as internas da PFDF e as usuárias do Programa Bolsa Família. As mulheres negras são, também, maioria populacional entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando 61,3% do total beneficiárias (Paixão et.al., 2011)

Assim, antecipo a reflexão de Noberto Alayón e sua afirmação de que a assistência social não se relaciona, exclusivamente, a questões relacionadas à pobreza, mas a algo mais profundo, mais estrutural: o modelo econômico vigente e seus modos de produção. Estes, atingem perversamente alimentando os regimes de desigualdade de classes, e também de cor e gênero.

A política de assistência social e a política punitiva atingem um grupo social definido e são faces de uma mesma moeda. A moeda do controle estatal sobre as pessoas submetidas aos regimes de exploração e opressão criados e/ou alimentados pelo sistema capitalista (Wacquant, 2008).

Podemos afirmar, de acordo com a tabela 2, que 46,9% das mulheres entrevistadas que recebem visitas, recebem das mães, confirmando uma situação de apoio familiar e de apoio entre mulheres.

**Tabela 2 – Dados de visita às mulheres presas**

Recebe visita de	Total	
Mãe	130	46,9%
Pai	40	14,4%
Irmão	38	13,7%
Irmã	72	26,0%
Avós	10	3,6%
Companheiro	28	10,1%
Filhos	84	30,3%
Namorado	8	2,9%
Primos	12	4,3%
Tios	24	8,7%
Amigos	51	18,4%
Outros	10	3,6%
Ninguém	47	17,0%

\*Permitida mais de uma opção

Fonte: Pesquisa Radiografia do Crime Feminino no DF. Anis/UnB, 2012

A maioria das visitantes são mulheres, e são mulheres da família, principalmente mães das internas. Essas famílias “vivenciam a experiência do aprisionamento no gerenciamento das relações familiares e do cuidado com os filhos” (Diniz e Paiva, 2015, p. 10). De acordo com Debora Diniz e Juliana Paiva, passou-se a considerar as famílias das mulheres presas como parte do processo de encarceramento em estudos sociológicos e criminológicos a partir de 2000. Entretanto, de acordo com as autoras, esta consideração tem um caráter dúbio:

por um lado, indica a extensão do dano causado pelo aprisionamento de mulheres e, em alguma medida, pela segregação da vida imposta pelas penas de reclusão para a manutenção das relações de cuidado e dependência. Mas, por outro lado, torna nebuloso o enfrentamento do crescente encarceramento das mulheres” (Diniz e Paiva, 2015, p. 10).

Discutiremos mais à frente sobre os questionamentos acerca da centralidade das famílias no processo de encarceramento em massa das mulheres, especialmente com relação aos dados da experiência anterior coabitação das mulheres presas e seus filhos, na tabela 4.



De acordo com a tabela 3 a seguir, 32,8% das famílias das mulheres presas entrevistadas recebem algum auxílio ou benefício social, sendo a maioria delas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

**Tabela 3 – Família usuária de algum auxílio/benefício social**

A família recebe algum benefício social	Total	
Bolsa família	58	20,9%
Pão e leite	17	6,1%
PETI	0	0,0%
Outro	16	5,8%
Nenhum benefício	196	70,8%

\*Permitida mais de uma opção

Fonte: Pesquisa Radiografia do Crime Feminino no DF. Anis/UnB, 2012

De acordo com a tabela 3, podemos pensar que a maioria dos benefícios sociais recebidos pelas mulheres presas na PFDF estão relacionados ao Programa Bolsa Família. Além disso, é possível afirmar que a maioria das mulheres não recebem benefício algum.

Esses dados podem ser analisados, por exemplo, de acordo com a perspectiva de Norberto Alayón (2007) de que há pessoas em absoluta desproteção social, pessoas nas quais a política de assistência social não chega. Desta forma:

com frequência pobres mais marginalizados nem sequer são objetos de políticas de controle social. Vão sendo meramente mantidos em seus âmbitos físicos e são objetos, apenas, de ações de repressão (2007, p. 37 - tradução minha).

Desta forma, é importante lembrar que “a assistência opera como instrumento mediador entre a economia e os efeitos e resultados dos modelos econômicos em vigência” (Alayón, 2007, p.35 - tradução minha). A política punitiva, aqui, é efeito de escolhas ruins para lidar com os resultados do modelo econômico vigente.

A política de assistência social é importante por considerar, intrinsecamente – e de maneira contraditória – novas respostas para as consequências da exploração capitalista. Entretanto, é fundamental enfatizar que o Programa Bolsa Família obtém um efeito ambíguo, especialmente se considerarmos os regimes de cor de gênero.

Sendo as mulheres as pessoas de referência para o recebimento do benefício, o efeito ambíguo é verificado quando, da mesma forma que são elas as reponsáveis por receber o benefício, são elas responsabilizadas novamente pelo cuidado das crianças e da família.

Das mulheres presas que têm filhos 65,3% nos referiu que as crianças moravam com elas. Configurando a possibilidade de que se não são as únicas, cumpriam papel importante como cuidadoras na família.

**Tabela 4 – Coabitação com os filhos**

Antes de ser presa os filhos moravam com a interna	<b>Total</b>	
Sim	181	65,3%
Não	38	13,7%
Não tem filhos	40	14,4%
Sem informação	18	6,5%
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa Radiografia do Crime Feminino no DF. Anis/UnB, 2012

A tabela 4 demonstra que a maioria das mulheres cuidavam de seus filhos em regime de coabitação, o que faz com que retornemos a discussão para o paradoxo do aprisionamento das mulheres de Candace Kruttschnit, a autora afirma que as mulheres “tem mais responsabilidade emocional com os laços sociais do que os homens” (2012, p. 33 - tradução minha).

Tecendo novamente a ligação com o conceito de continuum lesbiano de Adrienne Rich, esta autora faz uma revisão literária de outras escritoras que apostam na responsabilidade do cuidado da infância, segundo a divisão sexual do trabalho.

O regime do gênero, para Adrienne Rich (1996) têm levado a uma organização social de desigualdades, e para modificar a dada desigualdade, os homens precisam, também, se empenhar no cuidado da infância. A autora critica que tais pensamentos são tecidos sem que se faça referência à heterossexualidade obrigatória como fenômeno, tampouco como ideologia.

A heterossexualidade obrigatória criticada por Adrienne Rich (1996) se relaciona com o pressuposto de que as mulheres são, naturalmente, heterossexuais. Isto, além de criar uma divisão teórica para os feminismos, é um problema cujo efeito tende a ser o apagamento das relações de apoio e parceria entre as mulheres na história. Isto ocorre ainda quando essas relações de solidariedade feminina permanecem inerentemente vinculados a um contexto exclusivamente afetivo-sexual de identidades sexuais estigmatizadas.

Tânia Navarro Swain sintetiza o conceito de continuum lesbiano comentando que “faz parte da construção dos saberes e das estratégias de implantação da heterossexualidade compulsória a extinção da memória e dos traços das atividades das mulheres, em conjunto ou individualmente” (2010, p. 53). Assim sendo, está dada a importância de considerar a experiência de solidariedade entre mulheres como uma possibilidade de reconstruir uma memória de parceria.

### **3.2 Tecendo narrativas da assistência na prisão**

Os dados para elaboração deste trabalho foram buscados basicamente nos dias de visita, no limite entre o lado de fora e de dentro do presídio, para onde fomos todas as quintas-feiras durante quatro meses e uma semana. A PFDF margeia a BR 040 entre Gama e Santa Maria, na saída sul do Distrito Federal. Para chegar ao presídio a subida é inevitável por ser ali um caminho montanhoso. A visitante pode subir para depois descer ou descer para depois subir. Todas as quintas-feiras pela manhã há procissão de pessoas negras vestidas de branco carregando sacolas transparentes. As sacolas são chamadas de cobal, um conjunto de mantimentos básico autorizados pela administração: frutas, absorvente íntimo, creme de pele e cabelo, pasta de dente, biscoitos, sabão em pó. Para entrar, tudo tem sua cor e quantidade definidos.

No presídio, tudo tem norma. As visitantes devem vestir branco, incluindo todas as peças íntimas. Há questões de segurança importantes ligadas às cores autorizadas. A equipe de saúde usa jaleco branco, as internas vestiam e azul claro ou branco, hoje vestem laranja, e de preto, os agentes. Seu Valter nos contou a história de que uma vez foi com uma sandália que o escrito *havaianas* da marca era verde e ele foi barrado. Seu Dedé costuma rir enquanto diz que: “daqui a pouco tem que ser branco pra entrar aqui, eu não vou poder entrar mais”.<sup>7</sup>

Na entrada para visitante, há uma pequena ladeira de concreto seguida por alguns bancos também de concreto, ali é a sala de espera. Depois tem a primeira grade inicialmente trancada. O dia começa cedo para quem visita, tem gente que chega às 4, 5, 6 horas da manhã. A senha provisória começa a ser distribuída às 7 horas.<sup>8</sup> Aos poucos as visitantes começam a ocupar os bancos de concreto e algumas outras pessoas formam uma pequeníssima fila.

Ficam mais tempo em pé, mas entram mais cedo as pessoas idosas, com deficiência comprovada e as pessoas com crianças de colo, elas formam a fila da visita especial. Logo começa a se formar outra fila que cresce perpendicularmente: é a fila das jovens, estas pegam a senha depois e esperam mais tempo para entrar. Às 9 horas os agentes abrem a primeira grade. Depois as visitantes entram e passam um circuito de revistas (vexatórias) e conferências.

Em uma das nossas idas a campo, encontramos dona Margarete que esperava ter seu número chamado, segurando sua sacola transparente. Ela contou enquanto comia uma maçã, que era a segunda vez que ia ao presídio, na primeira só foi possível fazer o cadastro. Dona Margarete explica que estava comendo aquela maçã porque as visitantes podiam levar no máximo seis frutas, e ela acabou se confundindo. Levou sete. Além da quantidade também não é qualquer fruta que passa, que pode entrar. São até seis e aí é livre: a visitante escolhe se pêra, goiaba, maçã ou banana.

São as mesmas mães, as mesmas mulheres, os mesmos (poucos) homens que circulam entre cadeias. Por isso a linguagem é a mesma, as palavras se repetem, é o mesmo povo ali. Vera conta que visita as duas filhas “primeiro, meu braço esquerdo

<sup>7</sup> Todas as pessoas que aparecem neste trabalho tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios.

<sup>8</sup> A senha provisória é um pequeno papel enumerado que garante a ordem da fila sem que as visitantes permaneçam na posição que chegaram.

veio pra cá” que foi a primeira filha presa. “Depois o braço direito”, quando a segunda filha foi presa. “Aí me sobram as pernas, mas as minhas pernas me cansam tanto”. Algumas internas foram presas visitando o presídio masculino e as visitas circulam pelos dois presídios. Além disso, tem o fato de que existe um ciclo que liga os guetos aos presídios, e os presídios aos guetos, são as mesmas pessoas, homens, mulheres em redes de contatos/afetos. Por isso: há pessoas que víamos quinzenalmente.<sup>9</sup>

O aprisionamento das mulheres e o fato de as mulheres libertas das famílias terem de visitar os seus homens no outro presídio conferem à dinâmica familiar algumas novas tarefas. Vera e dona Mara são avós. Depois que suas filhas foram presas, as duas ficaram responsáveis pelos cuidados de suas netas. As visitantes também puxam cadeia.<sup>10</sup>

O aviso da entrada anuncia a vigilância constante do lugar, aquele não é qualquer lugar, e visitar as internas não é qualquer demonstração de afeto: *“Área de segurança / Apague os faróis / Acenda a luz interna / Diminua a velocidade”*. Enquanto conversava com seu Valter, ele me contava que são poucos os homens que puxam cadeia com as mulheres. Ele visita a esposa e sua filha “infelizmente”, os olhos marejam: “os homens não puxam cadeia com as mulheres”. Logo passa um rapaz de roupas coloridas à caminho do vestiário. Então seu Valter cumprimenta o rapaz e aponta: “é raro ver igual esse rapaz aí, que puxa cadeia com a mulher há anos”. São tão poucos que se reconhecem.

As visitas são muito importantes para quem está presa. Renata, uma jovem negra que esteve em regime fechado e hoje visita a namorada, conta que achava muito triste quando não recebia visita, porque todas as internas precisam descer para o pátio, mesmo as que não recebem. Só não desce quem está doente. É proibido ficar na cela, as questões da segurança são muito importantes. As agentes também se concentram para as atividades de entrada, revista e vigia do dia de visita.

---

<sup>9</sup> Muitas visitantes com quem conversamos, víamos quinzenalmente porque a visita da Penitenciária Masculina (Papuda), é também às quintas-feiras. Então elas iam à papuda em uma semana, e na PFDF, na outra.

<sup>10</sup> Puxar cadeia é a expressão utilizada para quem está presa, e para a vida extensa do presídio. Quem visita com frequência, também puxa cadeia.

Quem não recebe os alimentos, produtos de higiene pessoal e dinheiro que as visitas levam, precisa trabalhar dentro do presídio. O trabalho de quem precisa de dinheiro lá dentro é lavar roupa, a cela, o boi, ou escrever cartas e requerimentos. Anderson, um jovem negro que visita uma parceira, afirma: “cada um faz seu corre, porque é impossível passar pela cadeia sem dinheiro”.<sup>11</sup>

A longa trajetória em instituições da assistência social é fato comum na vida das famílias que visitam o presídio. Clarissa cria duas crianças da filha que está presa. Ligando as informações, notamos que conhecemos a filha dela. Não recebe Bolsa Família por conta de seu salário de mil reais, mas o estudo socioeconômico é anterior à prisão da filha de Clarissa e das duas novas moradoras da casa. Ela conta que nem tenta conseguir nada do governo, não quer saber mais de respostas negativas. Sua filha “perdeu o Bolsa Família porque estava lá dentro”.

Já Dona Maria, cuida das 8 crianças de sua filha que está presa. Ela tem um filho com deficiência que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e esse é o que acredita ser motivo para que não receba o Bolsa Família pela filha. Dona Maria se refere ao Bolsa Família como Bolsa Escola. Dona Francisca me faz algumas perguntas sobre o bolsa família e diz que 4 de seus 6 filhos estavam cumprindo medida socioeducativa. Ela disse um pouco da história dos meninos. Temia que cortassem o seu Bolsa Família porque estavam em regime de internação e não estavam mais frequentando a escola, por isso não poderiam cumprir com as condicionalidades do programa.

Quando o diálogo com o Estado falha, ou nem acontece, acontecem histórias como a contada por seu Eriosmar. Foi a primeira situação de repasse extraoficial do cartão do Bolsa Família que ouvimos. Sua filha recebia o benefício, foi presa, passou o cartão e a senha para a mãe que cuida das crianças e saca o dinheiro mensalmente. A quantia auxilia a família com as despesas das crianças.

Dona Vanda conta uma história que parece que, para o Estado não chegou. Dona Vanda vive, atualmente, com o seguro desemprego, um benefício previdenciário. Ela visita o filha na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) que ocupa

---

<sup>11</sup> O boi é o banheiro da prisão, normalmente, uma buraco no chão substitui o sanitário. Curiosamente é o mesmo nome para o presídio dos homens.

o interior da penitenciária feminina. Só na sua família há 3 pessoas com deficiência na mesma casa. Dona Vanda não recebe o BPC e apesar do cansaço diz que vai ligar na central de atendimento 156. Não sabia da existência da possibilidade do BPC. Dona Vanda: “dá muito azar em CRAS”.

Ângela conta sua história, parece um exemplo de existência absolutamente ignorada pelo Estado. É uma jovem alta, negra, magra, com um corte de cabelo moderno, mais baixo atrás e uma franja crespa que desponta os resquícios de alisamento. Sua pele tem variações de escuro, é uma pele elástica com muitas, muitas cicatrizes até onde eu conseguia ver, até onde a roupa não cobria. Alguns dentes amarronzados, outros inexistentes. Ângela é uma aparição. Ela não estava de branco, o sutiã aparente era rosa e ela perambulava de um lado para o outro. Não parecia ter destino certo, ou pelo menos, não o mesmo destino que quase todas as pessoas ali.

Conta que gosta de banhar de cachoeira, Ângela dorme no presídio. Pergunto, em dúvida, se ela está no semiaberto. Explica que já foi presa, mas que agora dorme do lado de fora das grades. Ângela vivia na rua, foi presa, solta, e agora vive do lado de fora da penitenciária. Na rua, mas não qualquer rua, uma rua em permanente vigia, será que é aquele o seu lugar seguro? À ela não chega a política de assistência social, apenas a política punitiva. Protegida não foi, e trata de se proteger na fronteira entre o dentro e fora do presídio, o mesmo lugar onde estive em regime de reclusão anteriormente.

Lembro-me da pesquisa de Helena Lancellotti (2012) com mulheres de longas trajetórias de rua. O presídio parece ser para essas mulheres um lugar de garantia de direitos e acessos básicos. É a instituição que as permite o básico da existência. Para o Estado, lá, pela primeira vez, são contadas. A história de Ana versa novamente sobre a precarização da vida nas ruas e nos presídios: das ruas aos presídios. Ana tem 33 anos, vive nas ruas desde os 7. Nesse intervalo passou pelo CAJE, por abrigos e presídios. Teve 2 filhos que viveram em abrigos, hoje não os reconheceria. Ana tem 5 filhos e adota uma política de redução de danos.

“Eu não vou arriscar me prostituir, pegar uma doença e passar pros meus filhos e morrer, e nem ficar roubando para levar pipoco na cabeça, prefiro traficar, eu só vivo presa, mas consigo mandar dinheiro para as crianças”. Ana conta que todas as

prostitutas e traficantes a conhecem, e lá onde ela vive compartilhando a rua como abrigo é assim “cadeia, cadeia e mais cadeia”.



## **Considerações finais**

Gostaria de pensar aqui em termos de principais achados do campo e de fundamentais reflexões de pesquisa. Primeiro, é importante enfatizar a constatação de que as políticas sociais encontram barreiras para entrar no presídio. Depois, é essencial lembrar que as políticas punitiva e assistencial não se inter cruzam.

Vale lembrar dos argumentos tecidos ainda no primeiro capítulo deste trabalho que apontam para a seletividade da política punitiva. A prisão tem classe e cor no Brasil, não sendo diferente a realidade do Distrito Federal. O sistema carcerário no país é composto majoritariamente por pessoas negras e pobres, sendo possível perceber as camadas de precarização da vida impostas pelas pessoas atravessadas por tais marcadores sociais de diferença. Importante enfatizar que, no Brasil, a pobreza tem cor e gênero bem delimitados e caso não treinemos respostas ligeiras para o encarceramento em massa de homens e mulheres negras, seremos contribuintes da lógica racista que encarcera por pouco ou nada e mata por regimes de opressão de cor.

Ainda no primeiro capítulo, a discussão sugere que as responsáveis pela sobrevivência das mulheres dentro do presídio são outras mulheres. As visitantes familiares ou não só ficam responsáveis pelo cuidado das internas dentro do presídio, como também responsáveis pelos cuidados antes lidados pelas mulheres presas, por exemplo pelo cuidado de suas filhas.

Passando pelas grandes críticas dos estudiosos da política social e da política de assistência social, já no segundo capítulo, é essencial retomar lembrando que a universalização da assistência social encontra desafios na prisão. Estes não são fáceis de serem rompidos, já que sua fundamentação não é de ordem institucional ou legal, retomando a presença do grupo específico para atendimento nas instituições socioassistenciais das famílias cujo algum membro cumpre regime de reclusão.

Os tais desafios de acordo com a tese deste trabalho, têm a ver com um regime moral de classificação que além de trabalhar com o argumento das pobres merecedoras e não merecedoras, trabalha com as palavras boas e más. Esse regime funciona a partir da ideia de que a população de mulheres presas não apenas não merece acesso a direitos, mas merece além do abandono pelas instituições de proteção estatal. As mulheres presas são percebidas como merecedoras de terem seus direitos

suspensos, incluindo aqueles impostos pelo regime de poder do gênero, como o cuidado com as crianças.

Passo então, na estrutura do trabalho pelas reflexões sugeridas pelas históricas que me foram contadas nos dias de visita. Foram as pessoas com que conversei que me ensinaram sobre política social e política punitiva. Eu não precisaria, necessariamente, ler grandes teóricos para tecer os argumentos aqui explicitados e perseguidos. As mulheres presas, suas famílias e amigas me ensinaram a teoria pronta elaborada a partir de suas histórias de vida.

Assim, reforço que a tese a ser perseguida por este trabalho é de que a política de assistência social não penetra as duras grades da prisão por conta de um regime moral de classificação que reserva às más pobres a prisão, ao passo que reserva às boas pobres a assistência social.

Ademais, posso dar o nó da pobreza – e da precarização do trabalho – como ponto comum entre a política de assistência social e a política punitiva. Falo aqui, não da pobreza em si, mas das tentativas de lidar com ela.

Partindo daí é fácil notar o que penso poder ser chamado curto circuito do mesmo povo. Quando é nítido que: ora usuárias da assistência, ora internas, é do mesmo povo de quem estamos falando. Os marcadores sócio-raciais da diferença são absolutamente perceptíveis, o que muda a forma de destinar as políticas é, repito, o regime moral de classificação.

A via de mão dupla com relação à política de assistência e a política punitiva é localizada quando assim como quem os serviços sociais não atravessam as grades da prisão, as notícias da prisão também não chegam nas instituições socioassistenciais. Isto pode refletir uma dificuldade do Estado em se comunicar com as pessoas usuárias da assistência e internas das penitenciárias. Um dos efeitos graves da falta de diálogo citada é de que as pessoas desaparecem dos cadastros e contagens do Estado, elas deixam de ser contadas.

As famílias com quem conversei, já adentrando a análise dos dados do campo executada nas últimas seções deste trabalho, não informam ao Estado o fato de uma de suas partes estar presa. Por isso também, vale ressaltar a importância de estudar a relação de comunicação com o Estado.

Além das reflexões acima, notei também que as visitantes da PFDF são como as mulheres que vivem em regime de reclusão lá – atravessadas pelos regimes de poder do gênero e da cor – e acabam por serem tratadas como as internas. Ouvi reclamações sobre o tratamento, a revista vexatória, a comida e o espaço onde ocorre o encontro. A grande alteração, para além das visitantes estarem em liberdade, é de que, fora dos ambientes prisionais, elas não vivem às margens pelo estigma do crime.

Lutar para que os serviços sociais entrem no presídio é parte de uma política paliativa, o cerne da questão não poderia ser alterado nem com o acesso pleno a direitos sociais para as internas e suas famílias. Afinal, relembrando a discussão tecida no primeiro capítulo, a prisão é peça da suspensão de direitos. É necessário, portanto, que se combata a política punitiva em que um dos resultados perversos é a própria prisão.

Para este trabalho, busquei percorrer o que julguei serem os principais caminhos argumentativos das criminologias críticas e feministas. Essas teorias apontam para a impossibilidade de que haja plenitude de acesso a direitos no presídio, assim como é difícil imaginar cidadania e democracia em uma sociedade racista, capitalista, sexista. Entretanto, este trabalho acontece na perspectiva de construir reflexões que possam pressionar o Estado para a garantia de direitos, seguindo o ensinamento de dona Irene “melhor pingar do que secar”.

## Referências bibliográficas

ALAYON, Norberto. Assistência e assistencialismo: Controle dos pobres ou erradicação da pobreza?. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 151 p.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

BOSCHETTI, Ivanete . A Seguridade Social na América Latina após o Dilúvio Neoliberal - Qualis B5. Observatório da Cidadania (Rio de Janeiro), v. 11, p. 91-98, 2007.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Mulheres encarceradas, diagnóstico nacional: consolidação dos dados fornecidos pelas unidades da federação. Brasília, 2008a. p. 92.

\_\_\_\_\_. Política Social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal. 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/Perfil\\_CadastroUnico\\_2013/Perfil\\_CadastroUnico\\_V9.pdf.pagespeed.ce.0qvSxy8SKh.pdf](http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/Perfil_CadastroUnico_2013/Perfil_CadastroUnico_V9.pdf.pagespeed.ce.0qvSxy8SKh.pdf)>. Acesso em: 5 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso em: 5 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispões sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em 5 dez 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. InfoPen Estatística. 2000-2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437AA5B622166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=ptbr&params=itemID%3D%7B598A21D8-92E4-44B5-943A0AEE5DB94226%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 4 dez 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 3 dez 2014.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2008.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CAMPOS, Carmen Hein de. "Razão e Sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha". In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 1-12.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 143-172.

CAPUTO, Stela Guedes, Educação nos terreiros - e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro, Pallas: 2012

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto 2001.

CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da Libertação. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. "Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade." *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD* 35.126 (2013): 29-47.

CUNHA, Rosani. A transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família, jun. 2009.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. *Ciências e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417 – 426, 2008.

DINIZ, Debora, PAIVA, Juliana. *Mulheres e prisão no Distrito Federal: itinerário carcerário e precariedade da vida* Revista IBCCRIM de Direito Penal. 2015. No prelo.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas/SP, UNICAMP, 1998.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. Local: editora, 2004.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa, 3 edição, ed. Bookman, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GRAY, David E. Pesquisa no Mundo Real. Porto Alegre; Penso: 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. Cadernos pagu, v. 5, p.

JACCOUD, Luciana et al. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. In: Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. IPEA, 2008.

JANELA da alma. Direção: João Jardim e Walter Carvalho. Produção: Copacabana filmes . 2001 (73 min).

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. Revista Katálysis, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010.

KRUTTSCHNITT, Candace. "The paradox of women's imprisonment". Daedalus, v. 139, n. 3, 2010, p. 32-42.

LANCELLOTII, Helena Patini. Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão. 2013. Monografia (Graduação) - Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma modalidade de biopolítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 323-344, abr./jun. 2012.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lésbico. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2012.

NEDER, Gizlene. História das prisões no Brasil. Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos. p. 79 – 108, 2009.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Monografia (Graduação). Brasília: Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2014.

PAIVA, Juliana Medeiros. As desigualdades de gênero no acesso das mulheres presas ao auxílio reclusão. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Thesaurus, 1996.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana [mestrado]. Brasília: Universidade de Brasília; 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 255-264 jul./dez. 2009.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro, Forense, 1991.

XAVIER, Helen Cristina de Osório, SILVA, Jacqueline Ribeiro, RAMOS, Vanessa Martins, GONÇALVES, Vera Lucia Canhoto. SUAS: desafios para sua efetivação, 2009.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução: Eliana Aguiar. Instituto Carioca de Criminologia. Ed. Revan, 2003.

WACQUANT, Loic. *As duas faces do Gueto*. São Paulo. Ed. Bomtempo, 2008.

PAIXÃO, Marcelo et al (orgs.) Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/LaeserUERJ, 2011. Disponível em: <[http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio\\_2009-2010.pdf](http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010.pdf)>. Acesso em: 5 dez 2014.

PASTANA, Debora. Justiça penal autoritária e consolidação do estado punitivo no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. v.17. nº 32: 121-138 Fev. 2009.

PEREIRA, Potyara, A. P. Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais. Quinta edição – 2008

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, p. 211-229, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 215 p.

RAMOS, Luciana de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos em dois atos: visita íntima e maternidade. Brasília, 2011. 48f. –Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público.

RICH, Adrienne. Heterosexualidad obligatoria y existência lesbiana. *DUODA Revista d’Estudis Feministes*. Núm. 10 – 1996.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista Política Públicas*, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

WALMSLEY, Roy. *World Prison Population List*. 9. ed., International Centre for Prison Studies King’s College London, School of Law. 2010.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe. *Revista da ABPN* v. 1, n. 1 – mar-jun. de 2010

## Anexo 1 - Questionário de Pesquisa - Censo Presídio Feminino de Brasília

A. Identificação		
1. nº do Prontuário (não preencher) 2.		
Pesquisadora responsável:		3 aplicação:
B. Dados Pessoais		
4. Nome completo da interna:		
5. Data de nascimento:		6. Nome da Mãe:
7. Nacionalidade:		8. Naturalidade UF: Cidade:
9. Endereço:		
UF: Cidade:		
10. Telefone de Contato:		
11. Raça/Etnia 1 - ( ) Branca 2 - ( ) Negra 3 - ( ) Amarela 4 - ( ) Parda 5 - ( ) Indígena 6 - ( ) Outra		13. Religião
12. Situação Conjugal/Afetiva 1 - ( ) Solteira/Sozinha 2 - ( ) Solteira/Namorando 3 - ( ) Casada 4 - ( ) União estável 5 - ( ) Mora junto 6 - ( ) Separada 7 - ( ) Divorciada 8 - ( ) Viúva 9 - ( ) Outra		15. Possui deficiência? 1. ( ) Nenhuma 4. ( ) Visual 2. ( ) Motora 5. ( ) Cognitiva 3. ( ) Auditiva 6. ( ) Multipla
14. Documentos (marque os que você possui) 1 - ( ) RG 2 - ( ) Certidão de nascimento 3 - ( ) Título de eleitor 4 - ( ) CPF 5 - ( ) Carteira de trabalho 6 - ( ) Passaporte 7 - ( ) Carteira de motorista 8 - ( ) Nenhum		
16. Doenças 1. ( ) Nenhuma 2. ( ) Diabetes 3. ( ) Câncer 4. ( ) Depressão 5. ( ) Hipertensão 6. ( ) HIV 7. ( ) Outra:		17. Medicamento de uso contínuo? 1. ( ) Nenhuma 2. ( ) Diabetes 3. ( ) Câncer 4. ( ) Depressão 5. ( ) Hipertensão 6. ( ) HIV 7. ( ) Outra:
18. Já Sofreu algum tipo de violência doméstica? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		19. Faz acompanhamento psiquiátrico no presídio? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
20. Já morou na rua alguma vez? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		
20.1. Tempo que morou na rua?	21. Você se relaciona/se relacionou com mulheres aqui no presídio? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	22. Antes de entrar no presídio você preferia se relacionava com? 1. ( ) Homem 2. ( ) Mulher 3. ( ) Ambos



23. Você recebe visita íntima? 1. ( ) Sim, de homem 2. ( ) Sim, de mulher 3. ( ) Não		24. Seu companheiro(a)/Namorado (a) já foi preso alguma vez? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não 3. ( ) Não tenho companheiro	
25. Seu companheiro(a)/Namorado (a) está preso atualmente? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não 3. ( ) Não tenho companheiro		26. Você já foi presa quando era adolescente (até de 18 anos)? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
28. Existe mais algum membro da família preso? 1 - ( ) Mãe/Madrasta 5 - ( ) Avó/Avô 9 - ( ) Primos (as) 2 - ( ) Pai/ Padrasto 6 - ( ) Companheiro (a) 10 - ( ) Tios (as) 3 - ( ) Irmão 7 - ( ) Filhos (as) 11 - ( ) Amigos (as) 4 - ( ) Irmã 8 - ( ) Namorado (a) 12 - ( ) Não		29. Recebe visita? 1 - ( ) Mãe/Madrasta 5 - ( ) Avó/Avô 9 - ( ) Primos (as) 2 - ( ) Pai/ Padrasto 6 - ( ) Companheiro (a) 10 - ( ) Tios (as) 3 - ( ) Irmão 7 - ( ) Filhos (as) 11 - ( ) Amigos (as) 4 - ( ) Irmã 8 - ( ) Namorado (a) 12 - ( ) Não	
30. Antes de entrar no presídio você tinha estudado até que série/Ano?		31. Nível 1 - ( ) Não alfabetizada 2 - ( ) Alfabetizada 3 - ( ) Fundamental ou 1º Grau 4 - ( ) Superior ou 3º Grau 5 - ( ) Médio ou 2º Grau 6 - ( ) Pós Graduação	
32. Estuda no presídio? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	33. Em que ano/série?	34. Nível 1 - ( ) Não alfabetizada 2 - ( ) Alfabetizada 3 - ( ) Fundamental ou 1º Grau 4 - ( ) Superior ou 3º Grau 5 - ( ) Médio ou 2º Grau 6 - ( ) Pós Graduação	
35. Trabalhou com carteira assinada, era servidor público ou contribuiu para o INSS nos últimos 12 meses antes da reclusão? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não			

## C. Dados Socioeconômicos

37. Nos 12 meses (1 ano) antes da reclusão qual era o principal tipo de atividade? 1 - ( ) Sem emprego 7 - ( ) Empresária/ Dona ou sócia de empresa 2 - ( ) Trabalhadora doméstica SEM carteira assinada 8 - ( ) Aprendiz ou estagiária COM Remuneração 3 - ( ) Trabalhadora doméstica COM carteira assinada 9 - ( ) Aposentada 4 - ( ) Por conta própria (autônoma) 10 - ( ) Dona de Casa 5 - ( ) Emprego SEM carteira assinada 11 - ( ) Trabalhadora Rural 6 - ( ) Emprego COM carteira assinada 12 - ( ) Trabalhadora na produção para o próprio consumo		
36. Ganhava Quanto nessa atividade? ( ) Não trabalhava 4 - ( ) Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.245,00 até 1.866,00 1 - ( ) Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 311,00 6 - ( ) Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.488,00 até 3.110,00 2 - ( ) De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 312,00 até R\$ 622,00 5 - ( ) Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 1.867,00 até 2.488,00 3 - ( ) Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 623,00 até R\$ 1.244,00 7 - ( ) Acima de 5 Salários Mínimos - R\$ 3.111,00 ou mais		
38. Trabalha fora do presídio – Semiaberto? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	38.1. Se sim, Em que trabalha?	39. Trabalha no presídio? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
40. Participa/ participou de oficinas de capacitação profissional dentro do presídio? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		41. Sua família te ajuda dentro do presídio? (Roupas, comida, remédios) 1. ( ) Sim 2. ( ) Não
42. Recebe auxílio reclusão?	43. Recebe Aposentadoria?	44. Recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada)?

1. ( ) Sim      2. ( ) Não	1. ( ) Sim      2. ( ) Não	1. ( ) Sim      2. ( ) Não
45. Recebe pensão do INSS? 1. ( ) Sim      2. ( ) Não	46. Recebe outros benefícios do INSS? 1. ( ) Sim      2. ( ) Não	47. Se sim qual?
48. Quantos Filhos você tem?	49. Quantos filhos são menores de 7 anos?	50. Está Grávida? 1. ( ) Sim    2. ( ) Não    3. ( ) Não Sei
51. Teve algum filho depois de entrar no presídio? 1 - ( ) Sim, ainda está comigo      2 - ( ) Sim, não está comigo      3 - ( ) Não		
52. Quem é o responsável pelo cuidado de(s) sua(s) criança(s) fora do presídio? 1 - ( ) Avó materna (Sua mãe)    5 - ( ) Outros (sem vínculo Familiar)    9. ( ) Ninguém 2 - ( ) Sua Família (outros sem ser a sua mãe)    6 - ( ) Abrigo    10. ( ) Meus filhos são maiores de idade 3 - ( ) Pai da criança    7 - ( ) Adoção (por desconhecidos)    11. ( ) Não tenho filhos    4 - ( ) Família do pai da criança    8 - ( ) Não sei		
53. Onde sua família mora (cidade)?	55. A casa onde você mora é? 1 - ( ) Própria de algum dos moradores - Já Pago    3 - ( ) Alugada 2 - ( ) Própria de algum dos morador - Pagando    4 - ( ) Cedida/ Empréstada	
54. Antes de ser presa você morava com quem? 1 - ( ) Sua mãe, pai, irmãos      2 - ( ) Com os filhos 3 - ( ) Avós, tios, primos    4 - ( ) Seu companheiro (a)/Namorado (a)    5 - ( ) Seu companheiro e filhos    6 - ( ) Amigas (os)    7 - ( ) Sozinha		
57- Antes de ser presa seus filhos moravam com você? 1. ( ) Sim      2. ( ) Não	56. A família recebe benefícios/auxílios sociais? 1 - ( ) Bolsa Família      3 - ( ) PETI 2 - ( ) Pão e Leite      4 - ( ) Outro _____ 5 - ( ) Não	
58. Se não, com quem eles moravam? - ( ) Avó materna (Sua mãe)    5 - ( ) Outros (sem vínculo Familiar)    9. ( ) Ninguém - ( ) Sua Família (outros sem ser a sua mãe)    6 - ( ) Abrigo    10. ( ) Não tenho filhos - ( ) Pai da criança    7 - ( ) Adoção (por desconhecidos) - ( ) Família do pai da criança    8 - ( ) Não sei		
59. Qual é a renda da sua família?    ( ) Não Sabe      4 - ( ) Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.245,00 até 1.866,00 - ( ) Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 311,00    6 - ( ) Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.488,00 até 3.110,00 - ( ) De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 312,00 até R\$ 622,00    5 - ( ) Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 1.867,00 até 2.488,00 - ( ) Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 623,00 até R\$ 1.244,00    7 - ( ) Acima de 5 Salários Mínimos - R\$ 3.111,00 ou mais		
60. Você já se prostituiu?      1. ( ) Sim      2. ( ) Não		
61. Antes de entrar no presídio você usava:      1. ( ) Fumo      2. ( ) Álcool    3. ( ) Maconha    3. ( ) Cocaína    4. ( ) Crack 5. ( ) Nenhum      6. ( ) Outros:		
62. Atualmente você usa:      1. ( ) Fumo      2. ( ) Álcool    3. ( ) Maconha    3. ( ) Cocaína    4. ( ) Crack 5. ( ) Nenhum      6. ( ) Outros:		

**Anexo 2 – Questionário de pesquisa - Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal**



Data de aplicação:	Nome da pesquisadora:
<b>Sobre a visitante:</b>	
1. Nome:	2. Idade:
3. Naturalidade (UF):	4. Cidade:
5. Raça/cor: Negra ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Outro ( )	
6. Possui alguma deficiência? ( ) Sim. Qual? _____ ( ) Não	10. Religião:
7. Você estudou até que série/ano? ( ) Não estudou ( ) Alfabetizada ( ) Fundamental ou 1º Grau ( ) Superior ou 3º Grau ( ) Médio ou 2º Grau ( ) Pós Graduação	
<b>Sobre a visita:</b>	
8. Quem você veio visitar?	
9. Você vem com mais alguém? ( ) Não Sim ( ) Quem? _____	10. Como faz(em) para chegar(em) até aqui?
11. Alguém te deu as orientações iniciais para a visita (o que vestir, o que trazer)? ( ) Não Sim ( ) Quem? _____	
12. Você costuma trazer dinheiro para entregar para quem você visita? ( ) Não ( ) Sim, sempre ( ) Sim, mais de uma vez por mês ( ) Sim, uma vez por mês	
13. Você conhece mais alguém que está presa/preso? ( ) Não ( ) Sim Quem? _____	
14. Você visita também? ( ) Sim ( ) Não	

15. Conhece mais alguém que trabalha no presídio? (explorar os profissionais, outros agentes, religiosos, advogados, etc.) ( ) Não ( ) Sim Quem? \_\_\_\_\_

**Sobre a família:**

16. A pessoa que você visita morava com você antes de ser presa? ( ) Não ( ) Sim

17. Ela tem filhos? ( ) Não ( ) Sim Quantos? \_\_\_\_\_ Quantos menores de 18 anos? \_\_\_\_\_

18. As crianças moravam com quem antes da mãe ser presa?

19. As crianças estavam sob seus cuidados antes? ( ) Não ( ) Sim

20. E agora? ( ) Não ( ) Sim Quantos? \_\_\_\_\_  
Quantos menores de 18 anos? \_\_\_\_\_

21. Houve formalização da guarda provisória?  
( ) Não ( ) Sim  
Quais os motivos da formalização?

22. A pessoa que você visita teve algum filho ou está grávida dentro do presídio?  
( ) Não ( ) Sim

23. Nessa família há alguém com deficiência?  
( ) Não ( ) Não na mesma casa  
( ) Sim, mas não na mesma casa  
( ) Sim

24. Quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_

25. Quantos deles contribuem financeiramente?

26. A pessoa que você veio visitar contribuía financeiramente?

27. Nessa família há alguma idosa?  
( ) Não ( ) Não na mesma casa  
( ) Sim, mas não na mesma casa  
( ) Sim

28. Qual é a renda total da família da família?

1. ) Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 362,00
2. ) De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 362,00 até R\$ 724,00
3. ) Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 724,00 até R\$ 1.448,00
4. ) Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.448,00 até 2.172,00
5. ) Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 2.172,00 até 2.896,00
6. ( ) Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.896,00 até 3.620,00
7. ( ) Acima de 5 Salários Mínimos - R\$ 3.620,00 ou mais

### Sobre os benefícios e auxílios sociais:

#### 29. Quais desses benefícios você recebe/recebia?

Vale gás	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
Bolsa Escola	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
Cesta Básica	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
Pão e leite	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
BPC	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
Bolsa Família	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda
Bolsa em escola particular	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda / Quem forneceu a bolsa
Salário maternidade	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda / Quem forneceu a bolsa
Auxílio Reclusão (explorar quantas vezes e de quem)	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda / Quem forneceu a bolsa
Seguro desemprego (explorar quantas vezes e de quem)	Quando recebeu (período de tempo)? de ____ até ____	Motivos da perda / Quem forneceu a bolsa
Outros		

## 30. Quais desses serviços você frequenta/frequentou?

Serviço	Quando?	Quem?	Motivo:
CRAS (detalhar qual/onde)			
CREAS (detalhar qual/onde)			
Grupos do CRAS/CREAS (detalhar quais)			
PETI			
Serviços para acompanhamento de medida socioeducativa (detalhar qual/onde)			
Pro-Jovem			
Acolhimento institucional (abrigo, casa de passagem, etc) (detalhar qual/onde)			
Conselho Tutelar			
Unidade de Saúde (detalhar qual/onde)			
Outros grupos (detalhar religiosos, ONGs, outros)			

31. Você é cadastrada no Cadastro Único? ( ) Sim ( ) Não

32. Você informou que a pessoa que você veio visitar está presa? ( ) Sim ( ) Não

33. Ela recebia Bolsa Família? ( ) Sim ( ) Não

34. Ela continua recebendo o Bolsa Família? ( ) Sim ( ) Não

35. Você aceitaria participar de uma conversa mais profunda?

1. ( ) Sim

2. ( ) Não

36. Se sim, telefone para contato: